



UC/FPCE_2013

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

O desempenho de adultos jovens na GSS 2 será influenciado pelo conhecimento das respostas de outro adulto apresentado como não credível?

Sara Filipa Raposo de Oliveira (e-mail:
sara_raposo25@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia Clínica e da Saúde, subárea de especialização em Psicologia Forense, sob a orientação da Professora Doutora Maria Salomé Ferreira Estima de Pinho

O desempenho de adultos jovens na GSS 2 será influenciado pelo conhecimento das respostas de outro adulto apresentado como não credível?

O contacto com outras testemunhas pode ter impacto na vulnerabilidade à sugestão. Este estudo procurou averiguar a influência do conhecimento das respostas de outro indivíduo, apresentado como não credível, na sugestionabilidade interrogativa, avaliada pela Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson 2, recorrendo a uma amostra de 70 estudantes universitários.

Procurou-se também estudar de que modo é que a sugestionabilidade interrogativa é influenciada por outras variáveis como a ansiedade, auto-conceito, neuroticismo, desejabilidade social, assertividade, necessidade de cognição e fé na intuição. Para tal, em complemento à GSS 2, foram aplicados os seguintes instrumentos de avaliação: Inventário de Personalidade NEO Revisto, Inventário Estado-Traço de Ansiedade, Inventário Clínico de Auto-Conceito, Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne, Escala de Necessidade de Cognição, Escala Fé na Intuição e Inventário de Assertividade de Auto-Resposta.

Os resultados obtidos mostram diferenças para ambos os grupos em medidas de sugestionabilidade interrogativa como “cedência 2”, “mudança” e “sugestionabilidade total”, revelando o grupo ao qual foram apresentadas as respostas de outro adulto não credível, que supostamente teria também respondido à GSS2, maior resistência à pressão interrogativa do que o grupo submetido ao procedimento usual de administração da GSS2. Foram ainda encontradas correlações de magnitude pequena e mediana entre medidas de sugestionabilidade e neuroticismo, ansiedade-traço e assertividade.

Tais resultados sugerem que a avaliação da sugestionabilidade interrogativa, no contexto da fiabilidade do depoimento das testemunhas, deve ter em consideração o contacto com outras testemunhas do acontecimento e também a influência de variáveis como neuroticismo, ansiedade-traço e assertividade. Assim, devem ser administrados instrumentos que avaliem essas variáveis em complemento à GSS.

Palavras-chave: Sugestionabilidade interrogativa, neuroticismo, ansiedade estado-traço, auto-conceito, desejabilidade social, assertividade, necessidade de cognição, fé na intuição.

Can the performance of young adults on the GSS 2 be influenced by the knowledge of the responses of another adult presented as not credible?

Contact with other witnesses may have impact on vulnerability to suggestion. This study sought to determine the influence of knowledge of the responses of another individual, presented as not credible, upon interrogative suggestibility as measured by the Gudjonsson Suggestibility Scale 2, using a sample of 70 university students.

We also sought to analyze how interrogative suggestibility is influenced by other variables such as anxiety, self-concept, neuroticism, social desirability, assertiveness, need for cognition, and faith in intuition. To this end, in addition to the GSS 2 the following assessing instruments were administered: NEO Personality Inventory Revised, State-Trait Anxiety Inventory, Self-Concept Inventory, Marlowe-Crowne Social Desirability Scale, Need for Cognition Scale, Faith in Intuition Scale, and Assertiveness Self-Report Inventory.

The results show differences in both groups in measures of interrogative suggestibility such as "yield 2", "shift" and "total suggestibility" revealing the group of participants who were given the answers of another adult not credible, who supposedly had also answered to GSS2, greater resistance to interrogative pressure in comparison with the group receiving the standard administration of GSS2. Correlations with small and median magnitude were still observed between measures of suggestibility and neuroticism, trait anxiety and assertiveness.

These results suggest that the evaluation of interrogative suggestibility in the context of determination of the witnesses' testimony reliability should take into account the contact with other witnesses, and also the influence of variables such as neuroticism, trait anxiety and assertiveness. Thus, in addition to the GSS, instruments to assess these variables should also be administered.

Keywords: Interrogative Suggestibility, neuroticism, state-trait anxiety, self-concept, social desirability, assertiveness, need for

cognition, faith in intuition.

Agradecimentos

À Professora Doutora Maria Salomé Pinho pela excelente qualidade de orientação. Pela ótima relação próxima e de grande ajuda que mantém com as alunas. Pela sua disponibilidade e atenção. Pela qualidade e rigor científico, fonte de conhecimento e apoio incansável. Para sempre ficará um grande agradecimento e uma grande admiração.

À minha mãe, meu grande pilar, por estar sempre presente na minha vida. Pelo apoio incondicional e por ser a pessoa mais importante, de quem tenho o maior orgulho. Um obrigado pelo amor, carinho, presença, disponibilidade e por toda a ajuda prestada. Á tua maneira, todos os dias, me mostras o amor de mãe.

À minha irmã, ao Miguel e ao meu lindo e amado afilhado Rodrigo por estarem sempre presentes em todos os momentos da minha vida, principalmente na vida académica. Por todo o apoio e amor que me dão todos os dias e por serem um motivo de querer viver sempre.

Ao meu pai que, mesmo longe, estará sempre presente no meu coração.

À minha família, principalmente, madrinha, Marcela e avô Quim, por serem um dos motivos da minha grande felicidade, um grande pilar e uma fonte de apoio.

Às minhas grandes amigas de faculdade que fizeram deste cinco anos, os anos mais felizes, cheios de aventuras, momentos, experiências, lágrimas, sorrisos, conversas, jantares, desabafos. Sara Marques, Rita Almeida, Rita Nóbrega, Telma e Loes, um muito obrigado por estes cinco anos e por fazerem parte da minha vida. Serão sempre recordadas como as minhas grandes amigas. Vocês ensinaram-me o que é a verdadeira amizade.

Às minhas colegas de casa Joana Valéria e Diana Carvalho por me terem ajudado a sobreviver sem a presença dos cuidados da mamã e por todos os momentos vividos no “53”. Adoro-vos.

Aos meus amigos de sempre, principalmente ao Bastos, Sara, Dénis, Bernardo, Bolinha, David, Jananas, Tarcísio e Gilberto, por serem a minha voz e por saber que posso contar sempre com vocês. São vocês que fazem de mim o que sou, uma pessoa alegre e bem-disposta. Sem vocês nada disto seria possível. Sei que com vocês irei

ao fim do mundo.

Por fim, um obrigado a todas as pessoas que fazem parte da minha vida, cada uma com a sua função. Graças a vocês sou a pessoa mais feliz do mundo.

Índice

Introdução (1)

I – Enquadramento conceptual

1. O Conceito de Sugestionabilidade Interrogativa (2)
 - 1.1. Breve História da Sugestionabilidade Interrogativa (6)
 - 1.2. O modelo teórico de Gudjonsson e Clark (9)
 - 1.3. A Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (11)

2. Diferenças individuais na vulnerabilidade à sugestionabilidade interrogativa (14)
 - 2.1. Sugestionabilidade interrogativa e ansiedade (14)
 - 2.2. Sugestionabilidade interrogativa e assertividade (15)
 - 2.3. Sugestionabilidade interrogativa e neuroticismo (16)
 - 2.4. Sugestionabilidade interrogativa e auto-conceito (17)
 - 2.5. Sugestionabilidade interrogativa e deseabilidade social (18)
 - 2.6. Sugestionabilidade interrogativa e necessidade de cognição (19)
 - 2.7. Sugestionabilidade interrogativa e fé na intuição (20)

II – Objetivos (20)

III – Metodologia

1. Amostra (22)
2. Procedimentos e instrumentos (22)
 - 2.1. Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson 2 (23)
 - 2.2. Inventário Clínico de Auto-Conceito (25)
 - 2.3. Inventário de Personalidade NEO Revisto (25)
 - 2.4. Inventário de Sintomas Psicopatológicos Patológicos (25)
 - 2.5. Inventário Estado – Traço de Ansiedade (26)
 - 2.6. Escala de Necessidade de Cognição (27)
 - 2.7. Escala Fé na Intuição (27)
 - 2.8. Escala de Deseabilidade Social de Marlowe-Crowne (27)
 - 2.9. Inventário de Assertividade de Auto-Resposta (28)

IV- Resultados

1. Comparação do desempenho na GSS 2 entre o grupo de controlo e o grupo experimental (28)
2. Correlações entre as variáveis em estudo (29)
 - 2.1. Neuroticismo, deseabilidade social e medidas de sugestionabilidade interrogativa (30)
 - 2.2. Ansiedade-estado, ansiedade-traço e medidas de sugestionabilidade interrogativa (30)
 - 2.3. Necessidade de Cognição, assertividade e medidas de sugestionabilidade interrogativa (31)
 - 2.4. Fé na Intuição, auto-conceito e medidas de sugestionabilidade interrogativa (32)

V – Discussão (33)

VI – Conclusões (38)

Bibliografia

Introdução

A literatura na área da psicologia forense tem vindo a abordar os prejuízos dos processos de distorções mnésicas nos testemunhos, assim como as suas implicações no meio jurídico.

A prova testemunhal por ser, em regra, o meio probatório mais acessível e mais fácil de ser utilizado no processo judicial é tomada como elemento único e/ou decisivo para a formação da sentença. Neste contexto, “*o relato da testemunha é muitas vezes equiparado, para fins de motivação decisória, a meios de prova técnico-científicos (i.e., prova pericial)*” (Seger & Lopes Jr, 2011, p. 2).

Nas palavras de Mittermaier (1997), a subjetividade presente na perceção de uma mesma situação está relacionada com a individualidade e as vivências de cada testemunha. Deste modo, o relato de uma testemunha vulnerável cujo conteúdo se possa afastar da situação de facto ocorrida acarreta uma margem grande de erro, levando ao aumento da probabilidade de danos – materiais e processuais – por contaminação da prova penal (Gesu & Lopes, 2007).

As falsas memórias, segundo Roediger e McDermott (1995), são também denominadas distorções ou ilusões de memória, referindo-se a recordações de situações e/ou eventos que na realidade não ocorreram exatamente como são recordados. Os primeiros estudos experimentais sobre falsas memórias devidas a sugestibilidade interrogativa foram realizados por Binet, em 1900 e por Stern, em 1910, com crianças.

Segundo González-Ordi e Miguel-Tobal (1999), as pessoas sugestionáveis caracterizam-se por “*uma tendência marcada para fantasiar acerca de acontecimentos sucedidos ou que poderiam suceder, por uma boa capacidade para focalizar a atenção e abster-se dos seus próprios pensamentos e sensações, e por se envolverem emocionalmente nas suas experiências do quotidiano e deixar que estas influenciem as suas atitudes, pensamentos e estados de ânimo*” (p. 70).

A crescente importância do estudo da sugestibilidade interrogativa, não só em crianças mas também em adultos jovens e idosos,

advém da grande preponderância, em contexto forense, da exatidão e integridade dos depoimentos das testemunhas para o apuramento do sucedido (Costa & Pinho, 2010).

O presente estudo constitui uma tentativa de análise do modo como o conhecimento das respostas de uma outra pessoa apresentada como não credível pode influenciar a sugestionabilidade interrogativa, avaliada pela Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson 2 (GSS2). Procurou-se, também, observar se variáveis como auto-conceito, neuroticismo, ansiedade, assertividade, fé na intuição, necessidade de cognição e deseabilidade social influenciam o desempenho na GSS2.

I – Enquadramento conceptual

1. O conceito de Sugestionabilidade Interrogativa

Alguns fundadores da psicologia científica, como Wilhelm Wundt (1892 como citado em Motzkau, 2005) e Alfred Binet (1900) consideraram a sugestionabilidade e a memória como conceitos fundamentais para esta nova disciplina.

Alfred Binet (1900) realizou uma série de experiências em torno de diferentes formas de sugestão, expressando várias dúvidas quanto a saber se era possível ou útil sistematizar técnicas gerais de sugestão ou procurar traços de personalidade que se correlacionassem com vários graus de sugestionabilidade.

Para William Stern (1910) a noção de sugestão estaria incompleta, uma vez que embora se possa designar a atividade de sugerir e a predisposição para acatar sugestões (sugestionabilidade), não haveria um termo para denotar o estado de uma pessoa sob a influência da sugestão. Com base nas suas próprias descobertas, este autor introduziu a diferença entre a sugestão ativa, que indica a atividade de sugerir e a sugestão passiva, para denotar o estado psicológico de uma pessoa sob a influência da sugestão.

Após este período inicial, a sugestionabilidade deixou de ser considerada um tema central e circunscrito e o problema da sua definição

continuou em aberto. No entanto, permaneceu na pesquisa psicológica como um fenómeno ligado a diversos temas, tais como: a hipnose, imitação, contágio social, conformidade, tomada de decisão, mudança de atitude, expectativa de viés, placebo, dissociação, entre outros (Motzkau, 2005).

Atualmente a sugestionabilidade é entendida como o modo como fatores sociais, individuais e psicológicos influenciam a codificação, retenção e recuperação de determinados acontecimentos (Ceci & Bruck, 1993). A sugestionabilidade é então resultado de uma multiplicidade de fatores, bem como da sua interação.

Gudjonsson e Clark (1986) definem este fenómeno enquanto modo como as pessoas aceitam mensagens presentes numa interação social, e como é que estas mensagens alteram o seu comportamento. Os autores argumentam que a sugestionabilidade interrogativa deve ser considerada como um tipo único de sugestionabilidade que resulta da interação de um determinado número de fatores, com probabilidade de ocorrer durante as entrevistas forenses. Referem ainda que as testemunhas são mais propensas à sugestionabilidade quanto maior a incerteza sobre os detalhes em questão, quanto mais acreditarem nos motivos e intenções dos entrevistadores e supuserem que é esperado que sejam capazes de recordar tudo aquilo que lhes é pedido.

Segundo Wagstaff (1991 como citado em Saraiva, 2012), a sugestionabilidade pode ser entendida enquanto disposição psicológica das pessoas para seguirem uma sugestão dada por outrem ou apontada por um acontecimento, integrando essa sugestão na sua história pessoal ou agindo em conformidade com ela.

Schacter (2003) verificou o poder da sugestionabilidade como incorporação de informações erróneas nas recordações pessoais de um indivíduo, sendo que essas informações podem ter origem noutras pessoas, em material escrito ou imagens. O autor salienta que os interrogatórios tendenciosos podem levar as testemunhas a fazer identificações erradas e que as técnicas terapêuticas sugestivas podem ocasionar a criação de falsas memórias.

Bruck e Melnyk (2004) propõem que a abordagem à sugestionabilidade seja feita tendo por base quatro componentes

diferenciados deste fenómeno: (1) a sugestionabilidade interrogativa; (2) os efeitos de desinformação; (3) os erros na monitorização da fonte; (4) e a criação de falsos acontecimentos. Segundo Johnson, Hashtroudi e Lindsay (1993) a monitorização da fonte da informação consiste em distinguir memórias de pensamentos ou memórias imaginadas de memórias de acontecimentos vividos. As memórias de acontecimentos presenciados possuem, normalmente, mais detalhes perceptivos, contextuais, semânticos e afetivos do que as memórias de acontecimentos imaginados (Heaps & Nash, 1999). É relativamente frequente as pessoas falharem na monitorização da origem da informação, confundindo episódios vividos com episódios imaginados. Esta falha pode estar associada, quer às qualidades das representações ativadas no momento da recordação, quer aos processos de julgamento sobre a origem da informação (Jonhson et al., 1993).

Neste contexto, torna-se importante referir resultados de diferentes pesquisas que levam a concluir que o contacto entre diferentes testemunhas é problemático. Isto é, quando testemunhas de um acontecimento contactam frequentemente com co-testemunhas poderá ocorrer a incorporação no seu relato da informação partilhada sobre esse mesmo acontecimento (Paterson, Kemp, & McIntyre, 2012). Vários estudos revelaram que os participantes que discutiram um episódio com uma co-testemunha que fornece desinformação têm menos precisão da memória para os itens enganadores do que para os itens não enganadores (Schneider & Watkins, 1996). Estes participantes também apresentaram um desempenho mnésico inferior ao dos participantes que não discutiram o episódio (Gabbert, Memon, Allan, & Wright, 2004). Este fenómeno ficou conhecido como “conformidade da memória” (Gabbert, Memon, & Allan, 2003; Wright, Self, & Justice, 2000). Os resultados das experiências realizadas por Paterson, Kemp e McIntyre (2012) levam a concluir que os participantes relatam informações fornecidas pelas co-testemunhas, mesmo quando são solicitados para não o fazer. Estes resultados podem sugerir que os participantes não conseguem distinguir o que realmente testemunharam daquilo que discutiram com os co-testemunhas, ou seja, ocorreria a confusão da fonte de informação. Também Meade e Roediger (2002) apontaram que os participantes são mais propensos a basearem-se em fontes de informação

erradas sobre o estímulo original quando discutem o episódio com as co-testemunhas. Outros estudos confirmaram que a “má informação” proveniente de uma co-testemunha tem uma forte influência na memória e, além disso, é resistente às tentativas de erradicá-la (Gabbert, Memon, Allan, & Wright, 2004; Paterson & Kemp, 2006).

Segundo Paterson, Kemp e McIntyre (2012), a discussão com uma co-testemunha sobre um acontecimento pode gerar confusão sobre o mesmo, uma vez que as duas fontes (discussão e acontecimento atual) são mais semelhantes do que, por exemplo, quando se compara com uma narrativa escrita sobre esse acontecimento. Uma outra remete para participantes puderem visualizar as co-testemunhas considerando-as, assim, como fontes de informação mais credíveis do que o experimentador que apresenta a narrativa - é que os participantes acreditam que a co-testemunha viu o mesmo que eles (Paterson, Kemp, & McIntyre 2012).

Ainda Paterson, Kemp e McIntyre (2012), nos seus estudos sobre a conformidade da memória, sugerem o seguinte: 1) uma vez que os participantes são testados individualmente, é improvável que a influência social normativa possa causar a conformidade da memória; 2) os participantes relataram informação errada, proveniente das co-testemunhas, na recordação livre, bem como nas respostas a questões fechadas; deste modo, a ocorrência desse tipo de informação não se pode dever às características do questionário; 3) a conformidade da memória foi observada quando os participantes foram incentivados a relatar o que se lembravam do estímulo original e foram também alertados sobre a possível informação errada transmitida pela co-testemunha; e 4) a conformidade da memória registou-se num teste de monitorização da fonte, em que os participantes eram chamados à atenção para as várias fontes de informação possíveis.

Quanto à criação de falsos acontecimentos, existem várias técnicas. Uma delas consiste em pedir aos sujeitos que imaginem determinadas situações. Por exemplo, Ceci, Crotteau-Huffman, Smith e Loftus, (1994 como citado em Saraiva, 2012) concluíram que as crianças, por vezes, tendem a tomar como reais os acontecimentos que experienciaram em imaginação, desenvolvendo deste modo relatos falsos. Outros autores também observaram este fenómeno em adultos (Cattell, 1895; Gudjonsson,

1984, 1991 e 2003).

Existem duas abordagens teóricas principais da sugestionabilidade interrogativa. Schooler e Loftus (1986, 1993 como citado em Cunha, 2010) referem-se a elas como a “abordagem sobre as diferenças individuais” e a “abordagem experimental”. Esta última é ilustrada com o trabalho realizado por Loftus, Miller e Burns (1978) que consistiu em investigar como é que informações enganosas fornecidas após um acontecimento influenciam a memória de uma testemunha sobre o mesmo. Aqui a ênfase é colocada na compreensão e análise do impacto de diferentes contextos e situações de interrogatório nos testemunhos obtidos. Já a abordagem que se centra nas diferenças individuais é representada, sobretudo, pelo corpo de estudos desenvolvido por Gudjonsson (2003). Segundo este autor, a sugestionabilidade interrogativa é um fenómeno complexo e multifacetado, não podendo ser explicado por um único mecanismo. Deste modo, a ênfase incide sobre a identificação de pessoas mais e menos sugestionáveis e, através de instrumentos padronizados (ex: Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson), relacionar os diferentes graus de sugestionabilidade com variáveis cognitivas e de personalidade.

1.1. Breve história da sugestionabilidade interrogativa

A noção de que os indivíduos poderiam ser sugestionáveis teria surgido pela primeira vez no trabalho de James Cattell (1895) que realizou algumas das primeiras pesquisas na área da psicologia do testemunho. O autor colocou uma série de perguntas a alunos da Universidade de Columbia sobre um evento encenado pedindo-lhes que avaliassem o grau de confiança das suas respostas. O resultado deste estudo revelou um grau de imprecisão surpreendente nas respostas dos alunos, apesar de a confiança poder ser elevada.

Inspirado nos trabalhos de Cattell, Binet (1900) replicou as suas pesquisas e empreendeu outras experiências psicológicas semelhantes fazendo inferências no que diz respeito à lei e à justiça criminal. Desenvolveu testes de “prestígio” com o objetivo de investigar a meabilidade aparente da memória. Estes testes foram projetados para medir

a sugestionabilidade ou a meabilidade das respostas do sujeito face a outra pessoa (e.g., entrevistador) (Drake, 2009).

Para Coffin (1941 como citado em Gudjonsson, 2003) a sugestionabilidade advém da hipnose, tendo surgido durante o século XIX, embora os fenómenos da sugestão tenham sido reconhecidos muito antes desse tempo.

Gheorghiu (1989) afirmou que o conceito de sugestão começou a desempenhar um papel significativo na hipnose quando investigadores pioneiros, como Bertrand (1823) e Braid (1846), iniciaram o estudo da hipnose numa perspetiva mais psicológica. A interpretação alargada do conceito de sugestão fez com que esta fosse entendida como uma característica importante da hipnose, sendo a própria hipnose caracterizada pela sugestionabilidade.

O termo sugestão foi ampliado também por Bernheim (1910 como citado em Gudjonsson, 2003) que passou a considerá-lo como um fenómeno normal que pode ocorrer no estado de vigília, bem como durante a hipnose. O grande contributo deste autor prende-se com a atribuição à sugestão de um estatuto independente da hipnose. Apesar de ser útil para explicar os processos de hipnose, a sugestão estaria presente no dia-a-dia das pessoas, em estados não hipnóticos.

Ainda no século XIX, o interesse pelas diferenças individuais e pela psicologia experimental resultou no desenvolvimento de vários testes de sugestionabilidade que incidiram sobre reações motoras e sensoriais simples. Posteriormente, estes testes começaram também a incluir a manipulação de aspetos mais complexos, como as atitudes e as opiniões. Em causa, e de forma gradual, passou a estar a avaliação de três processos pertencentes a níveis distintos: o motor, o sensorial, e a memória (Gheorghiu, 1989).

A maioria dos testes iniciais de sugestionabilidade media a influência da sugestão sobre o sistema sensorial (visual, tátil, auditivo, olfativo, etc). Neste contexto, Eysenck e Furneaux (1945) estabeleceram uma distinção entre sugestionabilidade primária e secundária. O primeiro tipo de sugestionabilidade relaciona-se com testes motores, que se caracterizam pela indução de movimentos involuntários através da introdução, por parte do experimentador, de sugestões repetitivas e

monótonas. A sugestionabilidade secundária relaciona-se com testes sensoriais e perceptivos. Nos testes sensoriais, geralmente expõe-se o sujeito a um estímulo sensorial real, que depois é retirado sem se informar o sujeito desse facto, medindo-se as suas reações subsequentes. Um exemplo dos testes perceptivos são as experiências de Binet (1900) que englobavam a avaliação do comprimento de linhas. A evidência de um fator estável de sugestionabilidade secundária é menos clara do que a de um fator estável de sugestionabilidade primária (Gudjonsson, 2003).

É possível que haja um grau de variância partilhada entre a sugestionabilidade secundária e a sugestionabilidade interrogativa. Segundo Gudjonsson (1992), tanto uma como outra podem refletir algum grau de “credulidade” ou suscetibilidade à influência, isto é, a sugestionabilidade interrogativa pode ser uma manifestação particular da sugestionabilidade secundária.

Stukat (1958 como citado em Gudjonsson, 2003) investigou, na Suécia, diferentes testes de sugestionabilidade primária e secundária tendo encontrado apoio empírico para a presença de um fator secundário de sugestão. Para este autor, tal fator era representado pelos testes em que determinadas influências subjetivas, tais como as expectativas ou o desejo de conformidade, orientavam as percepções, a memória e o julgamento dos sujeitos e, mais concretamente, por aqueles testes em que eram introduzidas sugestões contraditórias ou um determinado julgamento ou opinião.

Mais tarde, estudou-se o facto de o comportamento sugestionável poder ser provocado durante a entrevista policial, como resultado da combinação de perguntas enganosas e pressão. O trabalho de Stern (1910) foi o primeiro a oferecer apoio empírico indicando que algumas pessoas poderiam aceitar informações enganosas, afetando negativamente a precisão da sua memória de um acontecimento testemunhado. Binet (1900) salientou a importância de vários fatores chave que conduzem à sugestionabilidade durante o estado de vigília: (i) o recetor ser relativamente obediente ou aberto a influência mental, (ii) o recetor ter uma tendência para imitar, e (iii) a sugestão suspender o sentido crítico do recetor.

1.2. O modelo teórico de Gudjonsson e Clark

O modelo de Gudjonsson e Clark (1986) refere-se a um quadro teórico que explica como é que indivíduos vulneráveis podem ser sugestionáveis durante uma entrevista. Este modelo parte da contextualização da testemunha e do entrevistador num processo de interrogatório. Assenta no pressuposto central de que a sugestionabilidade interrogativa depende, em parte, das competências cognitivas do entrevistado e, em consequência, das estratégias de *coping* que este implementa, e que vão determinar a sua tendência para a conformidade ou para a resistência à sugestão. Assim, a premissa básica do modelo é que a sugestionabilidade interrogativa depende das estratégias de *coping* que os sujeitos podem gerar e implementar quando confrontados com três aspetos importantes da situação interrogativa: incertezas, expectativas e confiança interpessoal. A incerteza, neste contexto, significa que o entrevistado não sabe responder a uma pergunta. Isto pode ocorrer, por exemplo, quando a sua memória de um episódio está incompleta ou não se encontra acessível para recuperação. No entanto, muitos sujeitos são relutantes em declarar a sua incerteza porque acreditam que: (i) devem fornecer uma resposta definitiva; (ii) devem saber a resposta à pergunta e (iii) espera-se que eles saibam e sejam capazes de dar uma resposta. A confiança interpessoal é, como referido, outro pré-requisito importante para ceder a sugestões. Neste caso, o entrevistado acredita que as intenções do interrogador são verdadeiras e que não há nenhum truque envolvido no interrogatório. Se a incerteza e a confiança interpessoal são necessárias para as pessoas serem sugestionadas, não são suficientes. As expectativas de sucesso são um pré-requisito adequado para ocorrer uma resposta sugestionada, pois levam a que os entrevistados não assumam que não sabem responder e acabem por ir ao encontro da sugestão introduzida. Vários estudos focaram-se no papel destas expectativas, evidenciando que o tipo de instrução que é dado, por exemplo, antes da administração das Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson, é determinante neste processo tendo um impacto significativo no grau de sugestionabilidade evidenciado pelos indivíduos (Greene, Flynn, & Loftus, 1982).

Ainda de acordo com o modelo de Gudjonsson e Clark (1986), a

O desempenho de adultos jovens na GSS 2 será influenciado pelo conhecimento das respostas de outro adulto apresentado como não credível?
Sara Oliveira (sara_raposo25@hotmail.com) 2013

sugestionabilidade é definida como “o grau em que, num contexto de interação social próxima, um sujeito aceita mensagens comunicadas por outrem, durante um interrogatório, alterando, em função disso, as suas respostas” (p. 84). Esta definição engloba cinco componentes cuja interação constitui parte integrante do processo interrogativo: (1) a interação social próxima; (2) a formulação de questões; (3) a introdução de estímulos sugestivos; (4) a aceitação desses estímulos (note-se que a sugestão deve ser percebida pelo sujeito como sendo plausível e credível); (5) e a resposta (indicação verbal ou não verbal do sujeito que exprime o grau de aceitação da sugestão).

Gudjonsson (1989) aponta quatro características distintivas da sugestionabilidade interrogativa: (1) envolve um procedimento relativo a um conjunto de questões num contexto de interação social próxima; (2) as perguntas referem informações, experiências ou acontecimentos passados (e não experiências motoras e sensoriais respeitantes a situações que estão a decorrer); (3) tem patente um componente significativo de incerteza relacionado com as capacidades cognitivas de cada sujeito; e (4) geralmente envolve uma situação de carácter stressante e com consequências importantes para o entrevistado.

Segundo Gudjonsson (1983), existem dois tipos de sugestionabilidade importantes para o trabalho da polícia. O primeiro tipo refere-se aos estudos pioneiros de Binet (1900) sobre a maleabilidade do testemunho humano, em que a ênfase se coloca no impacto das perguntas sugestivas nos depoimentos. O segundo tipo de sugestionabilidade relaciona-se com a forma como os entrevistadores são capazes de “mudar” respostas indesejadas através de feedback negativo. Este feedback consiste num “*tipo de instrução que pode distorcer notoriamente respostas individuais. Um entrevistador que comunica um feedback negativo a uma testemunha ou vítima pode, através de pressão interrogativa, alterar respostas favorecendo respostas falsas ou distorcidas*” (Gudjonsson, 1984, p. 303).

Além do feedback negativo (que tende a modificar as respostas indesejadas), pode ser dado feedback positivo (com intenção de reforçar as respostas anteriores) e tanto um como outro podem ser introduzidos num interrogatório de forma implícita (através de sinais não verbais) ou de forma

explícita (verbalização por parte do entrevistador acerca da adequação das respostas). O feedback negativo explícito consiste no entrevistador afirmar que o entrevistado cometeu erros ou que está a mentir sendo comunicado que a resposta dada não é correta e que é necessária uma resposta diferente. O feedback positivo explícito remete para o reforço das respostas do entrevistado, através de expressões como “bem”, “isso está certo” ou “agora estamos a chegar a algum lugar”.

Partindo do modelo de Gudjonsson e Clark (1986), Gudjonsson (1997) construiu duas versões paralelas de um instrumento especificamente concebido para quantificar e avaliar a sugestionabilidade interrogativa: a Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson 1 (GSS1) e a Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson 2 (GSS2), que medem os dois tipos de sugestionabilidade que se designam por “cedência” e “mudança”. A “cedência” traduz o efeito das perguntas sugestivas nos testemunhos, ou seja, refere-se ao grau em que os sujeitos aceitam as informações sugestivas presentes nas perguntas, incorporando-as nas suas respostas. A “mudança” está relacionada com o impacto do desafio ou do feedback negativo nas entrevistas fornecendo uma medida do grau em que os sujeitos alteram as suas respostas, em função da pressão social introduzida pelo entrevistador. Gudjonsson (1986) considera que o feedback negativo tem um impacto particularmente significativo, uma vez que promove não só a alteração de respostas previamente dadas (mudança), mas também aumenta a aceitação da informação sugestiva presente nas perguntas posteriores a este feedback (cedência). Este tópico será desenvolvido a seguir, a propósito da descrição da GSS.

1.3.A Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson

A escala de sugestionabilidade construída por Gudjonsson operacionaliza o modelo teórico da sugestionabilidade interrogativa de Gudjonsson e Clark (Gudjonsson, 2003) e foi desenvolvida no contexto clínico/forense para avaliar, de forma objetiva, o grau de vulnerabilidade e a tendência de cada pessoa, quando entrevistada, para prestar testemunhos falsos.

Este instrumento foi construído com dois objetivos principais: (1) a sua utilização no âmbito da investigação para um melhor conhecimento do fenómeno da sugestionabilidade interrogativa e das variáveis e mecanismos que lhe estão subjacentes; e (2) a possibilidade de avaliar as diferenças individuais no que toca à vulnerabilidade à sugestão e à tendência para testemunhos distorcidos durante interrogatórios.

Existem duas formas paralelas desta escala: a GSS1 e a GSS2. A GSS1 (Gudjonsson, 1983) foi desenvolvida para responder à necessidade de se dispor de um instrumento para avaliar a exatidão dos testemunhos em casos de retratação (Gudjonsson, 2003). A maioria dos trabalhos tem sido realizado com a GSS1, mas nos últimos anos a GSS2 também tem sido amplamente utilizada em várias pesquisas. As escalas têm uma estrutura semelhante em termos de formato, administração e cotação, diferindo apenas no conteúdo da história e das questões apresentadas. A história da GSS1 descreve um roubo e a da GSS2 narra a ajuda a um rapaz que teve um acidente de bicicleta. A GSS permite obter diferentes medidas de sugestionabilidade: a “cedência 1” que corresponde ao número de sugestões aceite pelo sujeito na primeira vez que é interrogado; a “cedência 2” que remete para o número de sugestões aceites pelo sujeito na segunda vez que é interrogado; a “mudança”, isto é, o número de respostas alteradas pelo sujeito após o feedback negativo; e a “sugestionabilidade total” que resulta do somatório de “cedência 1” e “mudança”. Adicionalmente, as duas formas da GSS permitem medir a memória lógica (imediate e diferida) e a confabulação (distorções e fabricações).

A “sugestionabilidade total” caracteriza os dois tipos de sugestionabilidade descritos no modelo teórico de Gudjonsson-Clark: perguntas sugestivas e pressão interrogativa (Gudjonsson, 1983). Ambos os tipos de sugestionabilidade podem afetar a precisão e confiabilidade do testemunho.

O procedimento de administração da GSS consiste no seguinte: após a apresentação oral da história ao entrevistado, há uma tarefa de evocação imediata, uma tarefa de evocação diferida (cinquenta minutos depois) e um questionamento formal constituído por vinte perguntas, das quais quinze são subtilmente enganosas e cinco são verdadeiras (não contêm sugestões de

resposta). Este conjunto de perguntas é apresentado duas vezes, logo após a evocação diferida e depois de ser dado o feedback negativo. Neste feedback é dito ao sujeito que ele cometeu uma série de erros (mesmo que não o tenha feito) e que é necessário responder a todas as perguntas, novamente. O indivíduo é solicitado a ser mais preciso do que anteriormente.

As quinze questões sugestivas ou enganadoras, isto é, que sugerem que determinados pormenores fazem parte da história quando assim não é, dividem-se em cinco perguntas com sugestões contendo uma ou mais premissas que criam a expectativa de um certo tipo de resposta; cinco perguntas afirmativas sem premissas ou expectativas, mas que provocam dúvida no sujeito, e cinco perguntas com duas alternativas falsas, ou seja, perguntas de resposta fechada nas quais ambas as alternativas sugeridas são falsas.

Gudjonsson (1984) levantou preocupações relativas à coerência com que o feedback negativo é administrado. Isto é, se um entrevistado não cometeu erros pode tornar-se difícil ou embaraçoso para o entrevistador administrar este tipo de feedback e isso pode afetar a pontuação de “mudança”. Haraldsson (1985) descobriu, nas suas pesquisas, que o constrangimento do entrevistador no momento de aplicação do feedback negativo reduz a pontuação em “mudança”, mas esse efeito não é significativo.

Vários estudos realizados por Baxter e Boon (como citado em Baxter & Bain, 2002) analisaram a influência da introdução do feedback negativo durante a administração da GSS1 e GSS2. Os resultados reforçam a importância da forma como o feedback é introduzido (grau de firmeza e distanciamento) e também o efeito do comportamento do entrevistador nas respostas obtidas.

Baxter e Boon (2000) conduziram um estudo relativamente ao impacto do feedback negativo na GSS2. Os sujeitos eram testados sob três condições que avaliam a firmeza do feedback negativo: “amigável”, “firme” e “severo”. Estes autores observaram que, quando o entrevistador passa da condição “amigável” para “severo”, as pontuações aumentam em “cedência 2” e “mudança”, enquanto na “sugestionabilidade total” não existem diferenças significativas em qualquer das condições. Baseando-se em

Gudjonsson (2003), os autores argumentam que a “cedência 1” está principalmente relacionada com fatores cognitivos individuais enquanto a “cedência 2” representa melhor a influência interpessoal presente no feedback negativo.

Segundo Baxter, Boon e Marley (2006), mesmo na ausência de questões sugestivas, o comportamento do entrevistador por si só tem um impacto significativo nos testemunhos obtidos. Os resultados de diferentes estudos (Gudjonsson, 2003) sugerem que certas técnicas de interrogatório podem ser usadas como forma de aumentar a distância psicológica no contexto interrogativo. Ao utilizar técnicas que manipulem o nível individual de auto-estima e a percepção de poder e controle seria possível tornar os sujeitos mais suscetíveis à sugestão.

2. Diferenças individuais na vulnerabilidade à sugestionabilidade interrogativa

Iremos seguidamente considerar o papel das diferenças individuais na sugestionabilidade interrogativa focando-nos nas seguintes variáveis: ansiedade, assertividade, neuroticismo, auto-conceito, desejabilidade social, necessidade de cognição e fé na intuição.

2.1. Sugestionabilidade interrogativa e ansiedade

O conceito ansiedade-estado refere-se a um estado emocional transitório, em variação, caracterizado por sensações desagradáveis de tensão e apreensão, percebidas de forma consciente pelo indivíduo, com aumento da atividade do sistema nervoso autónomo (Spielberger, Gorsuch, & Lushene, 1979; Weinberg & Gould, 2001).

A ansiedade-traço diz respeito a diferenças individuais, relativamente estáveis, relativas à ansiedade. Trata-se das tendências de reação a situações percebidas como ameaçadoras, que cada indivíduo desenvolve a partir das suas experiências pessoais, e que influenciam as percepções futuras do seu meio (Spielberger et al., 1979; Weinberg, & Gould, 2001).

Nos últimos anos, a relação entre a sugestionabilidade e a ansiedade

O desempenho de adultos jovens na GSS 2 será influenciado pelo conhecimento das respostas de outro adulto apresentado como não credível?
Sara Oliveira (sara_raposo25@hotmail.com) 2013

foi analisada em diversos estudos clínicos. Por exemplo, foi observado que os pacientes fóbicos apresentam pontuações mais elevadas na sugestionabilidade do que os indivíduos normais (Foenander, Burrows, Gerschman, & Horne, 1980; Kelly, 1984).

Gudjonsson, Rutter e Clare (1995) descobriram que a sugestionabilidade, medida pela GSS2, correlaciona-se de forma mais consistente com o traço de ansiedade do que com o estado de ansiedade, medida pelo Inventário de Ansiedade Traço - Estado (IDATE; Spielberger, Gorsuch, & Lushene, 1979).

Segundo Gudjonsson (1988) o medo da avaliação negativa está intimamente relacionado com a sugestionabilidade interrogativa. Também em 1988, este autor obteve correlações significativas entre o estado de ansiedade e a sugestionabilidade. Neste contexto, a ansiedade parece estar associada à baixa auto-estima. Gudjonsson (1992) sugere que a baixa auto-estima (manipulada pelo experimentador) pode aumentar a suscetibilidade a influências sugestivas.

2.2. Sugestionabilidade interrogativa e assertividade

Wolpe e Lazarus (1966) definem assertividade como "*toda a expressão socialmente aceitável de direitos e sentimentos*" (p. 39). Enquanto Lieberman (1972) define-a como capacidade de auto-expressão, e Lazarus (1971) como o hábito de liberdade emocional. "*Segundo as definições clássicas, o comportamento assertivo seria a expressão de sentimentos de maneira socialmente adequada, preservando tanto os direitos/interesses do indivíduo que responde assertivamente quanto os de seu interlocutor*" (Cunha & Tourinho, 2010, p. 296).

De acordo com o modelo Gudjonsson-Clark (1986), é de esperar que a assertividade se correlacione negativamente com a sugestionabilidade medida pela GSS. Gudjonsson (1988) considerou o facto de o grau de assertividade dos sujeitos se relacionar com a sua tendência para ceder à sugestão, uma vez que a falta de assertividade levaria, entre outros aspetos, a maior dificuldade na implementação de estratégias de *coping* adequadas (aquando situações de incerteza e de pressão interrogativa).

Para Lohr, Nix, Dunbar e Mosesso (1984 como citado em Gudjonsson 2003) esta correlação negativa entre a assertividade e a sugestionabilidade pode ser explicada devido ao medo da avaliação negativa inibir o comportamento assertivo, bem como as estratégias de *coping* que os indivíduos podem implementar durante o interrogatório.

Cunha (2009), num estudo sobre mulheres portuguesas vítimas de violência conjugal, não encontrou qualquer correlação significativa entre a assertividade, medida pelo ASRI (*Assertiveness Self-Report Inventory*; Herzberg, Chan, & Katz, 1984) e a sugestionabilidade interrogativa, avaliada pela GSS2.

2.3. Sugestionabilidade interrogativa e neuroticismo

Segundo Costa e McCrae (1987), o neuroticismo refere-se à “*experiência de emoções desagradáveis e aflitivas, incluindo ao mesmo tempo traços cognitivos e comportamentais*” (p. 301). O neuroticismo, mais do que um estado emotivo passageiro, é um traço ou tendência estável da personalidade.

Considerando o Modelo dos Cinco Fatores (Costa & McCrae, 1992), a literatura aponta para que traços de personalidade possam conduzir à sugestionabilidade. Neste âmbito, diferentes investigações indicam que o neuroticismo pode estar associado a relatos de acontecimentos de vida negativos e a sugestionabilidade (Drake, 2010). Pessoas com elevado neuroticismo têm uma tendência menor para adotar comportamentos de risco (Maner, Richey, Cromer, Mallott, Lejuez, Joiner, et. al., 2007) o que pode conduzir, em situações de incerteza perante expectativas de sucesso, como pode suceder durante a GSS, a pontuações elevadas em “cedência 1”. Os acontecimentos de vida negativos e o neuroticismo podem gerar incerteza e expectativas de sucesso, no momento da resposta após o feedback negativo. De acordo com Drake, Bull e Boon (2008), os sujeitos entrevistados com pontuações elevadas em acontecimentos de vida negativos e neuroticismo podem ser mais propensos a uma disposição cognitiva negativa durante a entrevista. Segundo Gudjonsson e Clark (1986) essa disposição pode traduzir-se num aumento de vulnerabilidade durante o interrogatório.

Estudos levados a cabo em Portugal, com população forense, encontraram os seguintes resultados: correlações positivas moderadas entre o neuroticismo, medido pelo - *Eysenck Personality Questionnaire* (Eysenck & Eysenck, 1975) e a sugestionabilidade total, avaliada pela GSS1, embora sem alcançar o limiar de significância estatística (Neves, 2009; Neves, Pinho, & Faria, 2011) e não observação de relação significativa entre a sugestionabilidade interrogativa (GSS1) e o neuroticismo (Penajoia, 2012), medido pelo *NEO Five-Factor Inventory* (Costa & McCrae, 1992).

2.4. Sugestionabilidade interrogativa e auto-conceito

Para Burns (1986 como citado em Albuquerque, 2002), “*o auto-conceito é composto por imagens acerca do que nós próprios pensamos que somos, o que pensamos que conseguimos realizar e o que pensamos que os outros pensam de nós e também de como gostaríamos de ser, consistindo em todas as maneiras de como uma pessoa pensa que é nos seus julgamentos, nas avaliações e tendências de comportamento*” (p. 1).

Baxter, Jackson e Bain (2003) verificaram que níveis mais baixos de auto-estima¹ estão relacionados com níveis mais elevados de sugestionabilidade. Mas, nem todos os estudos encontraram uma relação negativa entre os dois construtos. Por exemplo, Smith e Gudjonsson (1995), utilizando a escala de Auto-Estima de Rosenberg (Rosenberg, 1989) em pacientes forenses internados, não encontraram nenhuma correlação significativa entre auto-estima e a sugestionabilidade medida pela GSS2.

Gudjonsson e Lister (1984) concluíram que as técnicas de interrogatório que visam manipular a confiança e a auto-estima podem aumentar a suscetibilidade do indivíduo a influências sugestivas. Singh e Gudjonsson (1984) chegaram a uma conclusão semelhante sobre os efeitos da auto-estima na sugestionabilidade interrogativa considerando que estes efeitos parecem mais prováveis de ocorrer quando os entrevistados não estão

¹ Segundo Vaz Serra (1988) a autoestima (avaliação que os sujeitos fazem das suas qualidades, desempenhos, virtudes ou valores morais) é uma faceta significativa do auto-conceito. O mesmo autor refere que “*a auto-estima é o produto dos julgamentos que a pessoa faz acerca de si própria, e onde decorrem atribuições de bom ou de mau feitas a aspectos considerados relevantes da sua identidade*” (p. 102).

familiarizados com os procedimentos do interrogatório.

Neves (2009; Neves, Pinho, & Faria, 2011), num estudo realizado em Portugal em população forense, registou valores positivos, moderados, de correlação entre o auto-conceito e várias medidas de sugestionabilidade interrogativa da GSS1 (“cedência 2” “mudança” e “sugestionabilidade total”).

2.5. Sugestionabilidade interrogativa e desejabilidade social

O termo desejabilidade social passou a ser usado para representar tendências de distorção de auto-relatos para uma direção favorável, negando, assim, traços e comportamentos socialmente indesejáveis (Furnham, 1986 como citado em Gouveia, Sousa, Santos, & Costa, 2009). Também tem sido usado para referir as características dos itens de um teste (Crowne & Marlowe, 1960) em que o respondente dissimula sua resposta real de forma a ser aceitável (Shultz & Chávez, 1994 como citado em Gouveia et al., 2009). A este respeito, Paulhus (1991 como citado em Gouveia et al., 2009) enfatiza que “*a desejabilidade social corresponderia a um conjunto de fatores de distorção, que por sua vez estariam na dependência dos "papéis" tido como apropriados para o contexto*” (p. 2).

Gudjonsson (1983) propôs que as pessoas que têm uma forte necessidade de ser socialmente aceites, como indicado por pontuações elevadas na Escala Mentira do *Eysenck Personality Questionnaire* - EPQ (Eysenck & Eysenck, 1975), são mais abertas à sugestão. O autor encontrou uma correlação modesta entre a sugestionabilidade total medida pela GSS1 e a desejabilidade social medida pela Escala de Mentira do EPQ. Também Haraldsson (1985) encontrou correlações positivas entre a sugestionabilidade e esta escala do EPQ.

A descoberta de uma correlação entre a sugestionabilidade e as pontuações na escala de mentira do EPQ fornece apoio empírico ao modelo de Gudjonsson e Clark (1986), que descreve uma relação significativa entre a suscetibilidade à sugestão e a tendência de uma pessoa para procurar ser socialmente aceite pelos outros.

Estudos levados a cabo em Portugal sobre a sugestionabilidade

interrogativa revelaram uma correlação positiva entre a desejabilidade social medida pela Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (Marlowe-Crowne, 1960) e os seguintes resultados da GSS1: “cedência 2”, “mudança” e “sugestionabilidade total”, para o grupo de reclusos e “mudança” com “sugestionabilidade total” para o grupo de adultos controle que nunca teve qualquer contacto com o sistema de justiça (Penajoia, 2012). Neves (2009; Neves, Pinho, & Faria, 2011) observou também numa população de delinquentes correlações positivas, significativas, moderadas entre a medida de “cedência 1”, na GSS1, e a desejabilidade social, avaliada pela Escala de Mentira no EPQ.

2.6. Sugestionabilidade interrogativa e necessidade de cognição

Cacioppo e Petty (1982) fazem uso do conceito “necessidade de cognição” como forma de identificar indivíduos que tendem a envolver-se na elaboração cuidadosa da informação. O conceito remete para uma característica de personalidade (motivação intrínseca) respeitante ao grau em que o indivíduo se envolve em atividades cognitivas e tem gosto em desempenhar essas atividades.

Cacioppo, Petty, Feinstein e Jarvis (1996) afirmam que os indivíduos com elevados níveis de necessidade de cognição “*tendem naturalmente a procurar, adquirir, e refletir sobre a informação de forma a dar sentido aos estímulos processados*” (p. 3), enquanto os indivíduos com níveis baixos de necessidade de cognição têm “*mais probabilidade de confiarem nos outros, em heurísticas cognitivas, ou em processos de comparação social para providenciar essa estrutura*” (Silva & Garcia-Marques, 2006, p. 31).

Desde modo, conjectura-se que as pessoas com resultados elevados na Escala da Necessidade de Cognição, que avalia “*a necessidade de estruturar situações relevantes de forma integrada e com sentido, de compreender e tornar lógico o mundo experiencial*” (Cohen, Stotland, & Wolfe, 1955 como citado em Silva, & Garcia-Marques, 2006), sejam menos propensas à sugestionabilidade interrogativa, enquanto as pessoas com resultados baixos nesta mesma escala obteriam valores mais elevados de

sugestionabilidade.

2.7. Sugestionabilidade interrogativa e fé na intuição

O conceito de “fé na intuição” foi definido por Epstein, Pacini, Denes-Raj e Heier (1996) como sendo “*o empenho e a confiança depositados nas suas próprias habilidades intuitivas*” (p. 34). Os autores sugerem que os “*indivíduos podem ter maior ou menor tendência para se envolverem neste modo de pensar intuitivo, apesar da fé na intuição não se relacionar com uma maior ou menor tendência para pensar de um modo mais racional*” (p. 34).

A fé na intuição está associada à abertura à experiência, amabilidade e conscienciosidade. Segundo Epstein et al. (1996), os sujeitos com valores elevados em fé na intuição são mais suscetíveis de serem influenciados por variáveis racionalmente “irrelevantes” nos seus julgamentos. Isto é, estes últimos sujeitos são mais suscetíveis a heurísticas e a argumentos que remetem para as emoções dos indivíduos. Pelo contrário, os indivíduos com baixos níveis de fé na intuição têm pouca tendência para processar a informação de forma heurística (Pacini & Epstein, 1999). Neste âmbito, poder-se-á supor que os indivíduos com pontuações mais elevadas na escala Fé na Intuição sejam mais vulneráveis à sugestão do que indivíduos com pontuações menos elevadas.

II - Objetivos

O objetivo principal do presente estudo consiste em averiguar se o conhecimento prévio das respostas à GSS2, dadas por uma pessoa não credível, poderia influenciar a sugestionabilidade interrogativa. Procurou-se ainda compreender o modo como a sugestionabilidade interrogativa está relacionada com diferenças individuais relativas à personalidade (neuroticismo), desejabilidade social, ansiedade, auto-conceito, assertividade, necessidade de cognição e fé na intuição.

Partiu-se das seguintes hipóteses:

H1: Existem diferenças estatisticamente significativas, no que respeita à sugestionabilidade interrogativa, entre os participantes na

O desempenho de adultos jovens na GSS 2 será influenciado pelo conhecimento das respostas de outro adulto apresentado como não credível?
Sara Oliveira (sara_raposo25@hotmail.com) 2013

condição modificada da GSS2 (inclusão da apresentação prévia das respostas de um sujeito não credível) e na condição de aplicação usual, apresentando o primeiro grupo menos vulnerabilidade à sugestão.

H2: A dimensão neuroticismo da escala NEO-PI-R diferencia os participantes com diferentes graus de vulnerabilidade à sugestão interrogativa, de modo que aqueles com pontuações mais elevadas nessa dimensão serão mais vulneráveis à sugestão do que os participantes com pontuações menos elevadas.

H3: Os resultados na escala de desejabilidade social permitem distinguir diferentes graus de vulnerabilidade à sugestão interrogativa sendo que participantes com elevada desejabilidade social serão mais sugestionáveis do que os participantes com baixa desejabilidade social.

H4: A pontuação na escala de estado-traço de ansiedade diferencia os participantes com níveis diferentes de vulnerabilidade à sugestão interrogativa esperando-se que aqueles com ansiedade estado-traço elevada apresentem pontuações mais elevadas na sugestionabilidade do que os participantes com baixa ansiedade estado-traço.

H5: Os resultados na escala de assertividade diferenciam os participantes com diferentes graus de vulnerabilidade à sugestionabilidade interrogativa; mais especificamente, os participantes com maior assertividade serão menos vulneráveis à sugestão do que participantes com menor assertividade.

H6: A pontuação na escala de auto-conceito distingue participantes com vulnerabilidade diferente à sugestionabilidade interrogativa, prevendo-se que participantes com elevado auto-conceito serão menos sugestionáveis do que participantes com baixo auto-conceito.

H7: Os resultados na escala da necessidade de cognição diferenciam os participantes com diferentes graus de vulnerabilidade à sugestão interrogativa sendo de esperar que aqueles com elevada necessidade de cognição serão menos propensos à sugestionabilidade do que participantes com baixa necessidade de cognição.

H8: A pontuação na escala fé na intuição poderá distinguir

participantes com vulnerabilidade diferente à sugestionabilidade interrogativa sendo razoável esperar que participantes com pontuação elevada em fé na intuição obtenham pontuações mais elevadas na escala de sugestionabilidade interrogativa do que participantes com baixa pontuação em fé na intuição.

III - Metodologia

1. Amostra

A amostra deste estudo é constituída 70 por estudantes universitários (35 no grupo de controlo² e 35 no grupo experimental). O grupo de controlo (procedimento usual de aplicação da GSS2) inclui 18 participantes do género masculino e 17 do género feminino, enquanto o grupo experimental (apresentação prévia das respostas de um sujeito não credível à GSS2) é constituído por 17 participantes do género masculino e 18 do género feminino. A idade dos participantes situa-se entre os 18 e os 26 anos sendo que a média de idades é de 21.06, no grupo de controlo e de 21.51 no grupo experimental. No que diz respeito à escolaridade, na altura da recolha da amostra, os sujeitos encontravam-se no 1º, 2º, 3º e 4º ano de licenciatura ou 1º e 2º de mestrado.

A maioria dos participantes pertence ao distrito de Viseu, havendo também participantes dos distritos de Coimbra, Aveiro, Leiria, Braga, Bragança, Santarém e Lisboa.

2. Procedimentos e Instrumentos

A administração de todas as provas foi individual demorando cerca de uma hora e trinta minutos. O intervalo entre a evocação imediata e diferida, na GSS 2, foi preenchido com a aplicação de outros testes, por um período de cerca de 50 minutos.

Os instrumentos aplicados durante o intervalo das evocações da GSS2, que serão apresentados seguidamente, obedeceram à seguinte ordem:

² O grupo de controlo foi recolhido em conjunto com a colega Patrícia Correia que contribuiu com 18 participantes.

Inventário Clínico de Auto-conceito (ICAC), Inventário de Personalidade NEO revisto (NEO-PI-R), Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI), Inventário de Estado-Traço de Ansiedade (STAI-Y), Escala da Necessidade de Cognição, Escala Fé na Intuição, Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (EDSMC) e Inventário de Assertividade de Auto-Resposta (ASRI).

Aos participantes na condição modificada da GSS2 (grupo experimental) procedeu-se à apresentação prévia de respostas que teriam sido dadas por um sujeito não credível. Neste caso, as respostas apresentadas correspondiam àquelas que são cotadas como sugestionadas, de acordo com o manual desta escala (as respostas às questões não sugestivas não foram sujeitas a este enviesamento).

2.1. Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson 2

Conforme foi referido anteriormente, a GSS2 foi desenvolvida no contexto clínico/forense para avaliar, de forma objetiva, o grau de vulnerabilidade à sugestionabilidade interrogativa e, deste modo, a tendência de cada pessoa, quando entrevistada, para fornecer testemunhos distorcidos.

A GSS, quer a forma 1 quer a 2, permite obter os seguintes resultados (Gudjonsson, 1997):

(1) Evocação imediata: refere-se ao número de respostas de evocação correta logo após a apresentação da narrativa da GSS e dá-nos indicações sobre a atenção dos sujeitos, concentração e capacidade de memória. O número máximo de respostas corretas é 40.

(2) Evocação diferida: é obtida, usualmente, após um período de 50 minutos depois da evocação imediata. Assim como na evocação imediata, o número máximo de respostas corretas que o sujeito pode alcançar é 40.

(3) Cedência 1: refere-se ao número de questões sugestivas cuja informação enganosa o sujeito aceita, antes da apresentação do feedback negativo. A pontuação máxima que pode ser obtida nesta dimensão é de 15.

(4) Mudança: diz respeito ao número de vezes que o sujeito altera a sua resposta após o feedback negativo. Uma vez que são colocadas

20 questões (15 perguntas sugestivas e 5 imparciais) ao sujeito, a pontuação máxima é 20.

(5) Cedência 2: refere-se ao número de questões sugestivas a que o sujeito cede a seguir à administração do feedback negativo, ou seja, depois da pressão interrogativa. Sendo o número de perguntas sugestivas 15, a pontuação máxima é, tal como acontece com “cedência 1”, também 15.

(6) Sugestionabilidade total: representa a soma de “cedência 1” com “mudança” e dá-nos indicação do nível global de sugestionabilidade do sujeito.

(7) Confabulação: refere-se a problemas de processamento mnésico em relação aos quais os sujeitos substituem lacunas na sua memória por ‘recordações’ imaginárias que estes consideram como verdadeiras. Assim, na evocação da narrativa pode ser incluída informação nova (“fabricações”) ou deturpações de conteúdo (“distorções”).

Estas escalas apresentam boa consistência interna, que varia entre .75 e .85 (Merckelbach, Muris, Wessel, & Van Koppen, 1998; Muris, Meesters, & Merckelbach, 2004 como citado em Pires, Silva e Ferreira, 2013), boa estabilidade temporal, no intervalo entre .55 e .83 (Gudjonsson, 1997, 2003; Muris et al., 2004 como citado em Pires, Silva e Ferreira, 2013). Os estudos de análise fatorial revelaram a existência de uma estrutura fatorial com duas dimensões: “cedência” e “mudança”. A correlação entre as medidas “cedência 1”, “cedência 2” e “mudança”, na forma de um indicador conjunto, e o valor de “sugestionabilidade total” é muito elevada, atestando as boas características psicométricas das GSS (Gudjonsson, 1997).

Na adaptação portuguesa da escala GSS2, Pires, Silva e Ferreira (2013) encontraram valores de alfa para “cedência 1”, “cedência 2” e “mudança” de .65, .82 e .67, respetivamente. Relativamente à estabilidade temporal, obtiveram valores estatisticamente significativos para “cedência 1” (.39), “cedência 2” (.46) e “sugestionabilidade total” (.32). O mesmo não aconteceu para “mudança” (.11).

2.2. Inventário Clínico de Auto – Conceito

O Inventário Clínico de Auto – Conceito (ICAC; Vaz Serra, 1986) é um instrumento de auto-resposta, composto por 20 itens e usando escalas de tipo Likert. Permite o cálculo de um resultado global de auto-conceito, bem como de quatro fatores específicos: aceitação/rejeição social; auto-eficácia; maturidade psicológica e atividade/impulsividade. O quinto e sextos fatores são fatores mistos.

Os resultados obtidos por Vaz Serra (1986) indicam que este instrumento apresenta uma boa consistência interna (.79) e uma estabilidade temporal adequada (.84).

2.3. Inventário de Personalidade NEO Revisto

O Inventário da Personalidade NEO Revisto (NEO-PI-R; Costa & McCrae, 1992; versão portuguesa, Lima & Simões, 2003) é um instrumento vocacionado para medir as cinco principais dimensões da personalidade.

O NEO-PI-R é constituído por cinco escalas, correspondendo cada uma a um dos cinco domínios gerais: Neuroticismo; Extroversão; Abertura à Experiência; Amabilidade e Conscienciosidade. Cada domínio é constituído por seis facetas, sendo então trinta o número de escalas específicas que integram este instrumento. Por seu turno, cada escala é constituída por 8 itens, sendo o número total de itens do NEO-PI-R igual a 240. Estes são apresentados sob forma de afirmação, relativamente à qual o sujeito se tem de posicionar.

O NEO-PI-R pode ser administrado sob a forma de auto-avaliação (forma S: *Self-Report*) ou de avaliação por outrem (forma R: *Observer Rating*, i.e., avaliação por outros observadores, profissionais ou não). A administração pode ocorrer em grupo ou individualmente.

Este instrumento apresenta uma boa consistência interna que varia entre .80 e .86 (Lima & Simões, 2000).

2.4. Inventário de Sintomas Psicopatológicos

O Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI; Derogatis, 1993; versão portuguesa de Canavarro, 1999, 2007) avalia os sintomas psicopatológicos em nove dimensões (somatização, obsessões- compulsões, sensibilidade interpessoal, depressão, ansiedade, hostilidade, ansiedade fóbica, ideação paranóide e psicoticismo), e em três Índices Globais (Índice Geral de Sintomas, Total de Sintomas Positivos e Índice de Mal-Estar). Estes últimos constituem avaliações sucintas da perturbação emocional. Dadas as suas características psicométricas (e.g., a consistência interna das várias escalas varia entre .62 e .80 e a estabilidade temporal entre .63 e .81; Canavarro, 2007) funciona como um bom indicador de sintomas do foro psicopatológico.

Este inventário foi utilizado para excluir da amostra deste estudo participantes no intervalo considerado como pertencendo ao domínio da patologia.

2.5. Inventário Estado - Traço de Ansiedade

O Inventário Estado Traço de Ansiedade (STAI-Y, Spielberger, 1983; versão portuguesa de Silva, 2003) é um instrumento de auto-avaliação, constituída por duas subescalas, a Y-1 e Y-2, com 20 itens cada uma, o que perfaz um total de 40 itens. Possui um formato de resposta tipo Likert de 4 pontos, sendo a forma Y-1 relativa à ansiedade-estado e a forma Y-2 respeitante à ansiedade-traço. A adaptação, tradução e aferição para a população portuguesa foram realizadas, numa primeira fase, por Silva e Santos, em 1997 e, posteriormente, por Silva e Campos, em 1998.

Estudos em Portugal (Silva, 2003) revelam que este instrumento apresenta uma boa consistência interna (.80 e .90) e uma estabilidade temporal adequada (.59 para ansiedade-estado e .80 para ansiedade-traço).

2.6. Escala de Necessidade de Cognição

A Escala de Necessidade de Cognição foi desenvolvida em 1982 por Cacioppo e Petty, com base na metodologia proposta por Likert, tendo originalmente um total de 34 itens. Cacioppo, Petty e Kao (1984) sugeriram a redução da escala para 18 itens. A escala reduzida demonstra boas características psicométricas: consistência interna entre .80 e .83 (Silva & Garcia-Marques, 2006). Neste estudo é utilizada a versão portuguesa de Silva e Garcia-Marques (2006).

2.7. Escala Fé na Intuição

A Escala de Fé na Intuição foi criada por Epstein, Pacini, Denes-Raj e Heier (1996) e tem como objetivo a mensuração do empenho e a confiança que os indivíduos depositam nas suas próprias habilidades intuitivas. Trata-se de uma escala de tipo Likert constituída por cinco itens incluídos no *Rational-Experiential Inventory* (Pacini & Epstein, 1999). A versão portuguesa desta escala (Silva & Garcia-Marques, 2006) tem 5 itens, tal como a escala original e apresenta uma boa consistência interna (.64 a .80) (Silva & Garcia-Marques, 2006).

2.8. Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne

A Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (EDSMC; Marlowe-Crowne, 1960; versão portuguesa de Gouveia, Guerra, Sousa, Santos, & Costa, 2009) visa identificar condutas que podem indicar uma necessidade de aprovação por parte dos outros. Contem 33 itens retirados de escalas e questionários de personalidade que descrevem comportamentos considerados socialmente desejáveis, mas não frequentes, e comportamentos indesejáveis, mas frequentes.

Os diversos estudos realizados, com o objetivo de avaliar as propriedades psicométricas da EDSMC, demonstram que o instrumento é caracterizado por uma boa consistência interna (variável entre .72 e .96) (Ballard, 1992; Crowne & Marlowe, 1960; Loo & Loewen, 2004; Loo & Thorpe, 2000 como citado em Penajoia, 2012) e por uma boa estabilidade

temporal (.89) (Crowne & Marlowe, 1960 como citado em Penajoia, 2012).

2.9. Inventário de Assertividade de Auto-Resposta

O Inventário de Assertividade de Auto-Resposta (ASRI; Herzberg, Chan, & Katz, 1984; versão portuguesa de Cunha & Pinho, 2008) é, como o próprio nome indica, um instrumento de auto-resposta que inclui 25 afirmações. Para cada uma delas o sujeito deve responder indicando a sua falsidade ou veracidade, consoante o seu ponto de vista. Permite obter uma medida geral de assertividade que é calculada pela soma dos pontos atribuídos, um por cada resposta assertiva.

Os estudos feitos pelos autores do inventário original indicam que este instrumento apresenta propriedades psicométricas adequadas, mais especificamente ao nível da fidelidade (.70) e da consistência interna (.78) (Herzberg, Chan, & Katz, 1984).

IV - Resultados

1. Comparação de desempenho na GSS2 entre o grupo de controlo e o grupo experimental

No Quadro 1 são apresentados os resultados da análise comparativa, através do teste *t-student* para amostras independentes, dos dois grupos deste estudo: grupo de controlo (procedimento usual de aplicação da GSS2) e grupo experimental (inclusão da apresentação prévia das respostas de um sujeito não credível).

Quadro 1. Comparação dos resultados obtidos pelos grupos de controlo e experimental na GSS2

	Grupo de Controlo		Grupo Experimental		<i>t</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Evocação imediata	18.31	5.17	17.67	5.14	.60	.549
Evocação Diferida	17.04	4,74	16.51	4.90	.46	.648
Distorções	2.67	2.07	3.11	2.68	-.75	.456
Fabrikações	1.66	1.85	.89	1.85	2.15	.035
Confabulações	4.34	3.04	4.00	2.74	.50	.622
Cedência 1	4.43	2.88	3.29	2.95	1.63	.106
Cedência 2	6.23	4.49	3.80	3.49	2.52	.014
Mudança	4.26	3.77	1.29	1.91	4.15	.000
Sugestionabilidade Total	8.66	5.75	4.57	4.27	3.37	.001

De acordo com a informação exposta no Quadro 1, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, entre o grupo de controlo e o grupo experimental, nos seguintes resultados da GSS2: “cedência 2” [$t(68) = 2.52, p = .014$], “mudança” [$t(68) = 4.15, p < .0001$], “sugestionabilidade total” [$t(68) = 3.37, p = .001$] e “fabrikações” [$t(68) = 2.15, p = .035$].

As duas amostras diferenciaram-se significativamente com um tamanho do efeito³ considerado médio para as variáveis “cedência 2” ($d=.63$) e “fabrikações” ($d=.59$) e com tamanhos de efeito grandes para os resultados “mudança” ($d=1.16$) e “sugestionabilidade total” ($d=.85$).

2. Correlações entre as variáveis em estudo

Com o objetivo de verificar associações existentes entre as diversas variáveis contempladas nas hipóteses deste estudo e as medidas de

³ Segundo a classificação de Cohen (1988).

sugestionabilidade interrogativa, procedeu-se ao cálculo do coeficiente de correlação de *Pearson*.

2.1. Neuroticismo, desejabilidade social e medidas da sugestionabilidade interrogativa

No Quadro 2 são apresentados os resultados do coeficiente r de *Pearson* e os respetivos valores de significância para cada uma das amostras, no que diz respeito à relação entre os resultados da GSS2 e as variáveis neuroticismo e desejabilidade social.

Quadro 2. Correlações Produto-Momento de *Pearson* entre medidas da GSS2 e neuroticismo e desejabilidade social para a amostra total

		Neuroticismo	Desejabilidade Social
Cedência 1	r	.211	.030
	p	.079	.802
Cedência 2	r	.153	.041
	p	.207	.738
Mudança	r	.200	.067
	p	.097	.597
Sugest.	r	.237*	.057
Total	p	.048	.642

Nota: * $p < .05$

Apenas se verificou uma associação estatisticamente significativa: correlação pequena positiva significativa entre “sugestionabilidade total” com neuroticismo [$r(70) = .237, p = .048$].

2.2. Ansiedade-Eestado, ansiedade-traço e medidas da sugestionabilidade interrogativa

Encontram-se no Quadro 3 os resultados do coeficiente r de *Pearson* e os respetivos valores da significância para a amostra total, no que diz

O desempenho de adultos jovens na GSS 2 será influenciado pelo conhecimento das respostas de outro adulto apresentado como não credível?
Sara Oliveira (sara_raposo25@hotmail.com) 2013

respeito à relação entre os resultados da GSS2 e as variáveis ansiedade-estado e ansiedade-traço.

Quadro 3. Correlações Produto-Momento de Pearson entre medidas da GSS2 e ansiedade estado e ansiedade traço para a amostra total

		Ansiedade Estado	Ansiedade Traço
Cedência 1	<i>r</i>	.034	.173
	<i>p</i>	.782	.148
Cedência 2	<i>r</i>	.043	.196
	<i>p</i>	.722	.104
Mudança	<i>r</i>	.080	.240*
	<i>p</i>	.512	.045
Sugest.	<i>r</i>	.067	.241*
Total	<i>p</i>	.584	.044

Nota: * $p < .05$

Verificaram-se as seguintes associações pequenas positivas, estatisticamente significativas entre “mudança” e ansiedade-traço [$r(70) = .240, p = .045$] e “sugestionabilidade total” e ansiedade-traço [$r(70) = .241, p = .044$].

2.3.Necessidade de Cognição, assertividade e medidas da sugestionabilidade interrogativa

No Quadro 4 apresentam-se os resultados do coeficiente *r* de Pearson e os respectivos valores de significância para a amostra total, no que diz respeito à relação entre os resultados da GSS2 e as variáveis necessidade de cognição e assertividade.

Quadro 4. Correlações Produto-Momento de *Pearson* entre medidas da GSS2 e necessidade de cognição e assertividade para a amostra total

		Necessidade de Cognição	Assertividade
Cedência 1	<i>r</i>	-.163	-.344**
	<i>p</i>	.178	.004
Cedência 2	<i>r</i>	-.165	-.409**
	<i>p</i>	.174	.000
Mudança	<i>r</i>	-.073	-.343**
	<i>p</i>	.549	.004
Sugest.	<i>r</i>	-.135	-.395**
Total	<i>p</i>	.264	.000

Nota: ** $p < .01$ e * $p < .05$

Foram encontradas correlações medianas negativas estatisticamente significativas para a variável assertividade com “cedência 1” [$r(70) = -.344$, $p = .004$], com “cedência 2” [$r(70) = -.409$, $p < .001$], com “mudança” [$r(70) = -.343$, $p = .004$] e com “sugestionabilidade total” [$r(70) = -.395$, $p = .001$].

2.4. Fé na Intuição, auto-conceito e medidas da sugestionabilidade interrogativa

Os resultados do coeficiente *r* de *Pearson* e os respectivos valores de significância para o grupo de controlo e grupo experimental, no que diz respeito à relação entre os resultados da GSS2 e as variáveis fé na intuição e auto-conceito⁴, estão no Quadro 5.

⁴ Uma vez que os grupo experimental e de controlo diferem entre si nas variáveis fé na intuição [$t(68) = 2.555$, $p = .013$] e auto-conceito [$t(68) = 2.406$, $p = .020$] as correlações foram calculadas separadamente.

Quadro 5. Correlações Produto-Momento de Pearson entre medidas da GSS2 e fé na intuição e auto-conceito para o grupo controle e para o grupo experimental

		Grupo Controle		Grupo Experimental	
		FI	AC	FI	AC
Cedência 1	<i>r</i>	-.189	-.011	-.146	-.232
	<i>p</i>	.276	.952	.401	.179
Cedência 2	<i>r</i>	.037	-.162	-.154	-.185
	<i>p</i>	.831	.352	.378	.288
Mudança	<i>r</i>	.186	-.126	-.102	-.010
	<i>p</i>	.286	.470	.560	.953
Sugest.	<i>r</i>	.021	-.089	-.147	-.165
Total	<i>p</i>	.903	.612	.399	.342

(FI= Fé na Intuição e AC= Auto-Conceito)

Não foram encontradas correlações estatisticamente significativas entre as variáveis fé na intuição e autoconceito e as medidas de sugestionabilidade interrogativa para qualquer um dos grupos.

V - Discussão

O presente estudo teve como objetivo principal analisar se o conhecimento prévio das respostas à GSS2, dadas por uma pessoa apresentada como não credível, poderia influenciar a sugestionabilidade interrogativa, num grupo estudantes universitários. Adicionalmente, procurou-se averiguar a existência de relações entre a sugestionabilidade interrogativa e as seguintes variáveis: neuroticismo, auto-conceito, desejabilidade social, ansiedade, assertividade, necessidade de cognição e fé na intuição.

A hipótese principal deste estudo, segundo a qual se previam diferenças significativas entre os dois grupos (controle: procedimento usual de aplicação da GSS2; e experimental: aplicação da GSS2 incluindo o

conhecimento das respostas de um sujeito apresentado como não credível) no que respeita às medidas de sugestionabilidade interrogativa, pode ser considerada corroborada⁵. Foram encontradas diferenças entre o grupo de controlo e o grupo experimental nos resultados “cedência 2” ($M=6.23$; $DP=4.49$ e $M=3.80$; $DP=3.49$) “mudança” ($M=4.26$; $DP=3.77$ e $M=1.29$; $DP=1.91$) e “sugestionabilidade total” ($M=8.66$; $DP=5.75$ e $M=4.27$; $DP=3.37$), com o grupo experimental a obter resultados significativamente mais baixos. Deste modo, é possível sugerir que o feedback negativo parece ter afetado mais o grupo de controlo, na medida em que estes participantes, após receberem a instrução relativa a esse tipo de feedback, mudaram mais as suas respostas do que o grupo experimental, ao qual foram apresentadas as respostas à GSS2 de uma outra pessoa não credível. Os resultados obtidos levam-nos a concluir que os sujeitos quando estão perante as respostas de uma pessoa não credível têm menos tendência para ceder à sugestão/pressão interpessoal e para se guiarem pelas respostas da mesma. Esta observação contraria a ideia de Paterson, Kemp e McIntyre (2012) que referem que “quando uma testemunha é exposta à «má informação» de uma co-testemunha acerca de um evento, vai incorporar essa informação na altura de recordar o evento” (p. 505). No entanto, os resultados coincidem com a ideia de Meade e Roediger (2002) que referem que os avisos acerca da “má informação” proveniente da co-testemunha reduzem significativamente os efeitos desta sem os eliminar. No presente estudo, os participantes não foram avisados explicitamente sobre a existência de informação enganosa, mas a “co-testemunha” foi apresentada como não credível.

De acordo com a segunda hipótese, os sujeitos com pontuações mais elevadas em neuroticismo seriam mais vulneráveis à sugestão. Esta hipótese foi corroborada, uma vez que se encontrou um valor de correlação significativo positivo, embora fraco, entre o neuroticismo e a “sugestionabilidade total” [$r(70) = .237$, $p = .048$] (ver Quadro 2). A literatura aponta para que os indivíduos com resultados elevados em neuroticismo tenham uma tendência reduzida para comportamentos de risco, o que poderá levar a que adotem comportamentos compatíveis com as

⁵ Apenas para o resultado “cedência 1” não foram registadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.

expectativas de sucesso e a incerteza obtendo resultados relativamente elevados em “cedência 1” (Maner et al., 2007).

Não foram observadas correlações estatisticamente significativas positivas entre a desejabilidade social e a sugestionabilidade interrogativa, como formulado na terceira hipótese deste estudo, contrariando os resultados obtidos por Gudjonsson (1983), Haraldsson (1985) Richardson e Kelly (2004). Contrariam também os resultados do estudo de Neves (2009), no qual foram encontradas correlações positivas e significativas entre as duas variáveis. No entanto, Birgisson (1996 como citado em Gudjonsson, 2003) não obteve correlações significativas positivas entre a desejabilidade social e a sugestionabilidade interrogativa. Deste modo, não é possível afirmar garantidamente que os indivíduos com tendência para se apresentarem com uma imagem socialmente desejável, procurando corresponder às expectativas criadas, sejam mais suscetíveis à sugestionabilidade interrogativa.

A quarta hipótese antecipava uma relação significativa positiva entre a ansiedade e as medidas de sugestionabilidade interrogativa. Como podemos verificar no Quadro 3, foram registadas correlações significativas positivas pequenas entre “mudança” e ansiedade traço [$r(70) = .240, p = .045$] e “sugestionabilidade total” e ansiedade traço [$r(70) = .241, p = .044$]. Na literatura é apontado que o traço de ansiedade comparativamente com o estado de ansiedade se correlaciona mais com a sugestionabilidade interrogativa (Gudjonsson, Rutter, & Clare, 1995). Este resultado foi também obtido neste estudo não tendo sido encontradas quaisquer correlações significativas positivas entre a ansiedade estado e as medidas de sugestionabilidade interrogativa. Porém, Gudjonsson (1988) num outro estudo concluiu que o estado de ansiedade estaria mais fortemente associado com a sugestionabilidade do que o traço de ansiedade. Adicionalmente, tal como no presente estudo, Smith e Gudjonsson (1995) não obtiveram, com pacientes forenses, nenhuma relação significativa entre o estado de ansiedade e a sugestionabilidade interrogativa. Para interpretarmos os resultados significativos respeitantes à ansiedade traço, poderemos supor que os participantes com elevados níveis de ansiedade expressam maior incerteza traduzindo-se numa sensibilidade maior à pressão interpessoal e,

deste modo, seriam menos resistentes à pressão interrogativa. Wolfradt e Meyer (1997) defendem que a incerteza é fortalecida pela pressão interrogativa e pelo feedback negativo. Segundo estes mesmos autores “*o feedback negativo intensifica o clima negativo dos pacientes ansiosos, levando-os a uma tentativa de avaliar os seus estados afetivos negativos nas perguntas sugestivas*” (p. 430).

A hipótese cinco, que aponta para correlações negativas entre a assertividade e a sugestionabilidade interrogativa, também foi corroborada neste estudo. Foram observadas correlações significativas negativas e de valor mediano entre a assertividade e todas as medidas de sugestionabilidade interrogativa: assertividade com “cedência 1” [$r(70) = -.344, p = .004$], com “cedência 2” [$r(70) = -.409, p < .001$], com “mudança” [$r(70) = -.343, p = .004$] e com “sugestionabilidade total” [$r(70) = -.395, p = .001$] (ver Quadro 4). Estes resultados estão de acordo com os obtidos por Gudjonsson e Clark (1986) e podem indicar que os indivíduos com medo da avaliação negativa inibem o comportamento agressivo (Lohr, Nix, Dunbar, & Mosesso, 1984 como citado em Gudjonsson, 2003), bem como as estratégias de *coping* que podem implementar durante o interrogatório e que permitem resistir à sugestionabilidade interrogativa.

A sexta hipótese, que sugere uma correlação negativa entre o auto-conceito e a sugestionabilidade interrogativa, não foi corroborada no presente estudo. Ao analisarmos o Quadro 5, verificamos que todas as correlações entre o auto-conceito e as medidas sugestionabilidade interrogativa são negativas para ambos os grupos, mas não significativas estatisticamente. A dimensão das amostras consideradas neste cálculo poderá ter tido algum impacto. Por exemplo, Baxter e Bain (2002) obtiveram correlações negativas entre estes dois construtos e Neves (2009; Neves, Pinho, & Faria, 2011) encontrou relações moderadas e significativas entre o auto-conceito e todas as medidas de sugestionabilidade interrogativa.

Relativamente às duas últimas hipóteses (oitava e nona hipóteses), que referem correlações negativas entre a necessidade de cognição e a sugestionabilidade interrogativa e positivas entre a fé na intuição e sugestionabilidade interrogativa, também não foram corroboradas. Ao analisarmos o Quadro 4 verificamos que as relações entre a necessidade de

cognição e as medidas de sugestionabilidade interrogativa são negativas, embora não significativas. Estes resultados não significativos poderão sugerir que a sugestionabilidade é independente dos resultados obtidos na Escala Necessidade de Cognição, mas a dimensão e a homogeneidade da amostra poderão ter contribuído para estes resultados não significativos. No que concerne aos resultados fé na intuição e sugestionabilidade interrogativa (ver Quadro 5), estes mostram relações que também não alcançaram o limiar de significância estatística. Tanto no que diz respeito à necessidade de cognição como a fé na intuição, não se conhecem quaisquer estudos publicados que tenham averiguado a existência de uma relação destas variáveis com a sugestionabilidade interrogativa.

De um modo geral, as hipóteses deste estudo foram corroboradas, o que é concordante com resultados descritos na literatura que concluem que a sugestionabilidade interrogativa, avaliada pela GSS, pode ser influenciada por variáveis como o neuroticismo, a ansiedade traço e a assertividade.

A respeito de alguns dos instrumentos utilizados neste estudo, há algumas notas a fazer. Atendendo às observações de grande parte do número de participantes, o inventário de personalidade NEO-PI-R torna-se demasiado repetitivo e cansativo, o que por vezes poderá ter dificultado a concentração na resposta aos outros instrumentos de avaliação administrados. Neste caso, sugere-se a aplicação de um inventário de personalidade mais breve, como por exemplo, o NEO-FFI – versão reduzida do inventário de personalidade NEO Revisto (NEO-PI-R; Costa & McCrae, 1992). Também o Inventário de Assertividade de Auto-Resposta mereceu comentários por parte dos participantes, como o facto de os itens serem muito relativos.

Outra limitação deste estudo é o facto de os participantes terem sido avaliados por entrevistadoras com as mesmas idades, também estudantes universitárias, o que pode diminuir o efeito da pressão interrogativa, embora a diferença entre os grupos na sugestionabilidade se tenha observado conforme previsto. Seria interessante que outros estudos com esta população utilizassem entrevistadores mais velhos.

O facto de a amostra ter sido recolhida entre dezembro e janeiro, altura de exames e frequências, poderá ter influenciado os resultados em

alguns instrumentos, principalmente os que avaliam a ansiedade, uma vez que o nervosismo e a tensão sentidos nesta altura podem influenciar as respostas a alguns itens, como por exemplo “sinto-me calmo”, “sinto-me tranquilo”, entre outros. Seria pertinente no futuro, a realização deste estudo numa altura em que os estudantes estejam sem tanta pressão.

Por fim, uma outra limitação refere-se ao número reduzido da amostra, como se verificou no cálculo de algumas correlações e, ainda, à sua homogeneidade (amostra constituída apenas por estudantes universitários), aspeto que poderá ter contribuído para valores baixos das correlações. Desta forma, sugere-se que estudos futuros devam abranger mais jovens adultos com diferentes níveis de escolaridade.

VI - Conclusões

Em muitos tipos de crimes, a prova torna-se escassa centrando-se em torno da versão da vítima e da credibilidade da mesma. Deste modo, *“a credibilidade do testemunho ganha dimensão e relevo, porquanto, do seu refinado e rigoroso apuramento, se ditará a boa reconstrução da realidade histórica que o julgador espera alcançar e retratar na decisão, em ordem à absolvição ou à condenação, fazendo com que, assim, o próprio arguido e a sociedade se possam rever na decisão, nos seus fundamentos e na sua bondade”* (Ribas, 2011, p. 2). Segundo Stein (1998 como citado em Ribas, 2011) o testemunho sem erro é uma exceção, sendo que este tende a aparecer quando se solicitam informações quantitativas e detalhadas (ex: duração do tempo, dimensões dos objetos, entre outros).

A forma como as entrevistas e interrogatórios são conduzidos pode influenciar o relato de uma testemunha sobre um determinado acontecimento. Mesmo quando a entrevista é realizada de forma cuidadosa, é possível que aumente a expectativa do entrevistado e que este incorpore nova informação de um episódio previamente codificado e/ou resultante de conversa com outra(s) testemunha(s).

Várias experiências realizadas por autores que se interessam por esta temática (e.g., Paterson et al., 2012) observaram que os sujeitos relatam informações fornecidas por co-testemunhas, apesar das advertências para

não o fazerem. Estes resultados apoiam a ideia de que os sujeitos muitas vezes podem não conseguir diferenciar o que realmente testemunharam da informação fornecida pelo co-testemunha.

Todas estas situações podem ter uma grande influência nas decisões acerca do julgamento de uma pessoa (vítima ou acusado), que muitas vezes, poderá ser julgada com base em relatos distorcidos e, deste modo, diminuir a confiança no sistema de justiça e a segurança dos cidadãos.

É neste contexto que surge a enorme importância do estudo da sugestionabilidade interrogativa. Averiguar o modo como os depoimentos podem ser distorcidos devido ao contacto com outras testemunhas/sujeitos, durante o processo judicial, torna-se relevante, dado esta ser uma situação comum em Portugal. Afigura-se, assim, essencial a avaliação de várias populações (crianças, jovens, adultos, idosos, reclusos, etc.) e analisar o quanto estas podem ser influenciadas por outros relatos e prestar depoimentos com informação nunca presenciada.

Este estudo exploratório, com a GSS2, teve como principal objetivo contribuir para o alargar o conhecimento acerca da sugestionabilidade interrogativa inquirindo se estudantes universitários alteram os seus relatos quando confrontados com informação de uma outra pessoa apresentada como não credível. Para além disso, procurou-se observar a influência de diferentes variáveis, como o neuroticismo, ansiedade, assertividade, auto-conceito, desejabilidade social, fé na intuição e necessidade de cognição no modo como os sujeitos resistem à sugestão interrogativa e à pressão interpessoal.

Os resultados obtidos mostraram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos estudados (controlo: procedimento usual de aplicação da GSS2; e experimental: aplicação da GSS2 incluindo o conhecimento das respostas de um sujeito apresentado como não credível) em “cedência 2”, “mudança” e “sugestionabilidade total”, tendo o grupo experimental resultados mais baixos do que o grupo de controlo, ou seja, valores inferiores de sugestionabilidade interrogativa. Estes dados sugerem que os participantes não cederam tanto perante informações sugestivas e pressão interpessoal quando confrontados com as respostas de alguém não credível.

Relativamente às correlações entre as variáveis estudadas, foram encontradas correlações significativas positivas entre o neuroticismo, a ansiedade e medidas de sugestionabilidade interrogativa, bem como valores de correlação negativos entre a assertividade e medidas de sugestionabilidade. É razoável afirmar que existem variáveis com influência direta na vulnerabilidade à sugestão aumentando, assim, a necessidade da avaliação das mesmas aquando dos interrogatórios policiais. Neste contexto, a avaliação da sugestionabilidade interrogativa para efeitos judiciais não deve ser feita com base apenas nas Escalas de Sugestionabilidade Interrogativa, mas também considerando outros instrumentos que avaliem as variáveis que se encontram associadas à sugestionabilidade interrogativa.

Por fim, é de enfatizar a importância da continuação da realização de estudos com diferentes populações para a aferição da GSS2 e também da GSS1 para a população portuguesa, de modo a se obterem resultados fíáveis na avaliação do grau de sugestionabilidade interrogativa.

Bibliografia

- Albuquerque, C., M., S., e Oliveira, C., P., F. (2002). Características psicológicas associadas à saúde: A importância do auto-conceito. *Millenium*, 26, 1-16.
- Bain, S. A., & Baxter, J. S. (2002). Faking interrogative suggestibility: The truth machine. *Legal and Criminological Psychology*, 7, 219-225.
- Baxter, J. S., & Boon. J. C. W. (2000). Interrogative suggestibility: The importance of being earnest. *Personality and Individual Differences*, 28, 753-762.
- Baxter, J. S., Jackson, M., & Bain, S. A. (2003). Interrogative suggestibility: interactions between interviewees' self-esteem and interviewer style. *Personality and Individual Differences*, 35, 1285-1292.
- Baxter, J. S., Boon, J. C. W., & Marley, C. (2006). Interrogative pressure and responses to minimally leading questions. *Personality and Individual Differences*, 40, 87-98.
- Bertrand, A. (1823). *Traite due somnambulisme*. Paris: Dentu.
- Binet, A. (1900). *La suggestibilité*. Paris: Doin.
- Braid, J. (1846). *The powers of the mind over the body*. London: Churchill.
- Bruck, M., & Melnyk, L. (2004). Individual differences in children's suggestibility: A review and synthesis. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 947-996.
- Cacioppo, J. T., & Petty, R. E. (1982). The need for cognition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42(1), 116-131.
- Cacioppo, J. T., Petty, R. E., & Kao, C. F. (1984). The efficient assessment of need for cognition. *Journal of Personality Assessment*, 48(3), 306-307.
- Cacioppo, J. T., Petty, R. E., Feinstein, J., & Jarvis, W. B. G. (1996). Dispositional differences in cognitive motivation: The life and times of individuals varying in need for cognition. *Psychological Bulletin*, 119, 197-253.
- Canavarro, M. C. (1999). Inventário de Sintomas Psicopatológicos: BSI. In Simões, M. R., Gonçalves, M. & Almeida, L. S. (Eds.), *Testes e Provas Psicológicas em Portugal* (vol. 2, pp. 87-109). Braga: SHO/APPORT.

- Canavarro, M. C. (2007). Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI): Uma revisão crítica dos estudos realizados em Portugal. In M. R. Simões, C. Machado, M. M. Gonçalves, & L. S. Almeida (Eds.). *Avaliação psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa* (pp. 305-331). Coimbra: Quarteto.
- Cattell, J. M. (1895). Measurements of the accuracy of recollection. *Science*, 2 (49), 761–766.
- Ceci, S. J., & Bruck, M. (1993). Suggestibility of the child witness: A historical review and synthesis. *Psychological Bulletin*, 113, 403-439.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Hillsdale, NJ: Elbaum.
- Costa, P., & McCrae, R. (1987). Neuroticism, somatic complaints, and disease: Is the bark worse than the bite? *Journal of Personality*, 55, 299-316.
- Costa, P. T., Jr., & McCrae, R. R. (1992). *Revised NEO Personality Inventory (NEO-PIR) and NEO Five Factor Inventory (NEO-FFI) professional manual*. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.
- Costa, A., & Pinho, M. S. (2010). *Sugestionabilidade interrogativa em crianças de 8 e 9 anos de idade*. *Análise Psicológica*, 28 (1), 193-208.
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24 (4), 349-354.
- Cunha, D. G. L. C. (2009). *Sugestionabilidade interrogativa e violência conjugal: serão as vítimas de violência conjugal mais sugestionáveis?*. Tese de Mestrado Integrado em Psicologia. Universidade de Coimbra. Portugal.
- Cunha, A. I. Q. (2010). *A sugestionabilidade interrogativa em crianças: O papel da idade e das competências cognitivas*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Universidade do Minho, Braga.
- Cunha, V. M., & Tourinho, E. Z. (2010). Assertividade e autocontrole: Interpretação analítico – comportamental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (2), 295-304.
- Derogatis, L.R. (1993). *BSI Brief Symptom Inventory: Administration*,

- scoring, and procedure manual* (4th Ed.). Minneapolis, MN: National Computer Systems.
- Drake, K. E. (2009). *The psychology of interrogative suggestibility*. Tese de Doutoramento. Universidade de Leicester, Reino Unido.
- Drake, K. E. (2010). Interrogative suggestibility: Life adversity, neuroticism, and compliance. *Personality and Individual Differences*, *48*, 493-498.
- Drake, K. E., Bull, R., & Boon, J. C. W. (2008). Interrogative suggestibility, self-esteem, and the influence of negative life events. *Legal and Criminological Psychology*, *13*, 299-310.
- Epstein, S., Pacini, R., Denes-Raj, V., & Heier, H. (1996). Individual differences in intuitive-experiential and analytical-rational thinking styles. *Journal of Personality and Social Psychology*, *71*(2), 390-405.
- Eysenck, H. J., & Furneaux, W. D. (1945). Primary and secondary suggestibility: An experimental and statistical study. *Journal of Experimental Psychology*, *35*, 485-503.
- Eysenck, H. J., & Eysenck, S. B. G. (1975). *Manual of the Eysenck Personality Questionnaire (junior and adult)*. London: Hodder and Staughton.
- Foenander, G., Burrows, G., Gerschman, J., & Horne, D. J. (1980). Phobic behaviour and hypnotic susceptibility. *Australian Journal of Clinical and Experimental Hypnosis*, *8*, 41-46.
- Gabbert, F., Memon, A., & Allan, K. (2003). Memory conformity: Can eyewitnesses influence each other's memories for an event? *Applied Cognitive Psychology*, *17*, 533-543.
- Gabbert, F., Memon, A., Allan, K., & Wright, D.B. (2004). Say it to my face: Examining the effects of socially encountered misinformation. *Legal and Criminological Psychology*, *9*, 215-227.
- Gesu, C. C., & Lopes Jr, A. (2007). Falsas memórias e prova testemunhal no processo penal: Em busca da redução de danos. *Revista de Estudos de Ciências Criminais*, *25*, p. 66-67.
- Gheorghiu, V. A. (1989). The difficulty in explaining suggestion: some conceivable solutions. In V. A. Gheorghiu, P. Netter, H. J. Eysenck & R. Rosenthal (Eds.), *Suggestion and suggestibility: Theory and research* (pp. 99-112). London: Springer.

- González Ordi, H., & Miguel- Tobal, J. J. (1999). Características de la sugestionabilidad y su relación con otras variables psicológicas. *Anales de Psicología, 15*, 57-75.
- Gouveia, V., Guerra, V., Sousa D., Santos, W., & Costa, J. (2009). Escala de deseabilidade social de Marlowe-Crowne: validade factorial e consistência interna. *Avaliação Psicológica, 8* (1), 87-98.
- Greene, E., Flynn, M. S., & Loftus, E. F. (1982). Inducing resistance to misleading information. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior, 21*, 207-219.
- Gudjonsson, G. H. (1983). Suggestibility, intelligence, memory recall and personality. *British Journal of Psychiatry, 142*, 35–37.
- Gudjonsson, G. H. (1984). A new scale of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences, 5*, 303–314.
- Gudjonsson, G. H. (1988). Interrogative suggestibility: Its relationship with assertiveness, social evaluative anxiety, state anxiety and method of coping. *British Journal of Clinical Psychology, 27*, 159-166.
- Gudjonsson, G. H. (1989). The effects of suspiciousness and anger on suggestibility. *Medicine, Science and the Law, 29*, 229–232.
- Gudjonsson, G. H. (1991). Suggestibility and compliance among alleged false confessors and resisters in criminal trials. *Medicine, Science and the Law, 31*(1), 147–151.
- Gudjonsson, G. H. (1992). Interrogative suggestibility: Factor analysis of the Gudjonsson Suggestibility Scale (GSS 2). *Personality and Individual Differences, 13*, 479-481.
- Gudjonsson, G. H. (1997). *The Gudjonsson Suggestibility Scales manual*. Hove: Psychology Press.
- Gudjonsson, G. H. (2003). *The psychology of interrogations and confessions: A handbook*. Chichester: Wiley.
- Gudjonsson, G. H., & Clark, N. K. (1986). Suggestibility in police interrogation: A social psychological model. *Social Behaviour, 1*, 83-104.
- Gudjonsson, G. H., & Lister, S. (1984). Interrogative suggestibility and its relationship with perceptions of self-concept and control. *Journal of the Forensic Science Society, 24*, 99–110.

- Gudjonsson, G. H., Rutter, S. C., & Clare, I. C. H. (1995). The relationship between suggestibility and anxiety among suspects detained at police stations. *Psychological Medicine*, 25, 875-878.
- Haraldsson, E. (1985). Interrogative suggestibility and its relationship with personality, perceptual defensiveness and extraordinary beliefs. *Personality and Individual Differences*, 6, 765-767.
- Heaps, C., & Nash, M. (1999). Individual differences in imagination inflation. *Psychonomic Bulletin & Review*, 6, 313-318.
- Herzberg, S., Chan, E., & Katz, J. (1984). The development of an assertiveness self report inventory, *Journal of Personality Assessment*, 48 (3), 317-323.
- Johnson, M., Hashtroudi, S., & Lindsay, D. (1993). Source monitoring. *Psychological Bulletin*, 114, 3-28.
- Kelly, S. F. (1984). Measured hypnotic response and phobic behavior: A brief communication. *International Journal of Clinical and Experimental Hypnosis*, 32, 1 – 5.
- Lazarus, A. A. (1971). *Behavior therapy and beyond*. New York: McGraw-Hill.
- Lieberman, R. P. (1972). *A guide to behavioral analysis and therapy*. New York: Pergamon.
- Lima, M. P. & Simões, A. (2000). *NEO PI-R: Manual profissional*. Lisboa: CEGOC.
- Lima, M. P., Simões, A. (2003). Inventário de Personalidade NEO revisto (NEOPI- R). In M. R. Simões, C. Machado, M. M. Gonçalves, & L. S. Almeida (Eds.). *Avaliação Psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa* (pp. 15 - 32). Coimbra: Quarteto.
- Loftus, E. F., Miller, D. G., & Burns, H. J. (1978). Semantic integration of verbal information into a visual memory. *Journal of Experimental Psychology: Human Learning and Memory*, 4, 19-31.
- Maner, J. K., Richey, J. A., Cromer, K., Mallott, M., Lejuez, C. W., Joiner, T. E., ... Norman B. S. (2007). Dispositional anxiety and risk-avoidant decision-making. *Personality and Individual Differences*, 42, 665-675.
- Meade, M.L., & Roediger, H.L. III. (2002). Explorations in the social contagion of memory. *Memory & Cognition*, 30, 995-1009.

- Mittermaier, C. J. A. (1997). *Tratado da prova em matéria criminal*. Tradução de Herbert Wüntzel Heinrich. Campinas: Bookseller.
- Motzkau, J. (2005). Cross-examining suggestibility: memory, childhood, expertise - children's testimony between psychological research and juridical practice. In A. Czerederecka, T. Jaskiewicz-Obydzinska, R. Roesch, & J. Wojcikiewicz, (Eds). *Forensic psychology and law: Facing the challenges of a changing world* (pp. 201-212). Crakow: Institute of Forensic Research Publishers.
- Neves, D. S. R. (2009). *Estudo da sugestibilidade interrogativa em amostras da população forense, adolescente e adulta, não institucionalizada*. Tese de Mestrado Integrado em Psicologia. Universidade de Coimbra. Portugal.
- Neves, D. S., Pinho, M. S., & Faria, M. (2011). Sugestionabilidade interrogativa: Implicações para a acessoria técnica a tribunais e para a intervenção com delinquentes. *Ousar e Integrar: Revista de Reinserção Social e Prova*, 4, 67-77.
- Pacini, R., & Epstein, S. (1999). The relation of rational and experiential information processing styles to personality, basic beliefs, and the ratio-bias phenomenon. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76(6), 972-987. doi: 10.1037/0022-3514.76.6.972
- Paterson, H. M., & Kemp, R. (2006). Comparing methods of encountering postevent information: The power of co-witness suggestion. *Applied Cognitive Psychology*, 20, 1083-1099.
- Paterson, H. M., Kemp, R., & McIntyre, S. (2012). Can a witness report hearsay evidence unintentionally? The effects of discussion on eyewitness memory. *Psychology, Crime and Law*, 18 (6), 505-527.
- Penajoia, M. S. F. (2012). *Estudo da sugestibilidade interrogativa em reclusos*. Tese de Mestrado Integrado em Psicologia. Universidade de Coimbra, Portugal.
- Pires, R., Silva, D. R. & Ferreira, A. S. (2013). Portuguese adaptation of the Gudjonson Suggestibility Scales (GSS 1 and GSS 2): Empirical findings. *Personality and Individual Differences*, 54, 251-255.

- Ribas, C. A. B. (2011). *A credibilidade do testemunho. A verdade e a mentira nos tribunais*. Dissertação de Mestrado em Medicina Legal. Universidade do Porto. Portugal.
- Richardson, G., & Kelly, T. P. (2004). A study in the relationship between interrogative suggestibility, compliance and social desirability in institutionalised adolescents. *Personality and Individual Differences*, 36, 485-494.
- Roediger, H. L., III, & McDermott, K. B. (1995). Creating false memories: Remembering words not presented on lists. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 21(4), 803-814.
- Rosenberg, M. (1989). *Society and the adolescent self-image*. Revised edition. Middletown, CT: Wesleyan University Press.
- Santos, S. C., & Silva, D. R. (1997). Adaptação do State-Trait Anxiety Inventory (STAI) – forma y para a população portuguesa: Primeiros dados. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 32, 85-98.
- Saraiva, M. C. G. (2012). *A sugestionabilidade infantil: Construção de um instrumento de avaliação*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia. Universidade do Minho, Braga.
- Seger, M. F., & Jr. A. L. (2011). *Prova testemunhal e processo penal: A fragilidade do relato a partir da análise da subjetividade perceptiva e do fenómeno das falsas memórias*. XII Salão de Iniciação Científica PUCRS. Instituto FADIR, 1-3.
- Schacter, D. L. (2003). *Os sete pecados da memória: Como a mente esquece e lembra*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Silva, D. (2003). Inventário de Estado-Traço de Ansiedade. In M. Gonçalves, M. M., Simões, M. R., Almeida, L. S., & C. Machado, (Eds.), *Avaliação psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa* (vol. I, pp. 45-63). Coimbra: Quarteto.
- Silva, D., & Campos, R. (1998). Alguns dados normativos do Inventário de Estado-Traço de Ansiedade – Forma Y (STAI-Y), de Spielberger, para a população portuguesa. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 33, 71-89.
- Silva, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Medindo necessidade de cognição e fé na intuição: Tradução e adaptação das duas escalas à população

- portuguesa. *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 29-43.
- Singh, K. & Gudjonsson, G. H. (1984). Interrogative suggestibility, delayed memory and self-concept. *Personality and Individual Differences*, 5 (2), 203-209.
- Smith, P., & Gudjonsson, G. H. (1995). Confabulation among forensic inpatients and its relationship with memory, suggestibility, compliance, anxiety and self-esteem. *Personality and Individual Differences*, 19, 517-523.
- Schneider, D. M., & Watkins, M. J. (1996). Response conformity in recognition testing. *Psychonomic Bulletin & Review*, 3, 481 -485.
- Spielberger, C. D, Gorsuch, R. L, Lushene, R. E. (1979). *Inventário de Ansiedade Traço-Estado IDATE - Manual*. Trad e adaptação Ângela Biaggio. Rio de Janeiro: CEPA.
- Spielberger, C. D. (1983). *The state-trait anxiety inventory - STAI for Y (test manual)*. Palo Alto: Consulting Psychologists Press.
- Stern, W. (1910). Abstracts of lectures on the psychology of testimony and on the study of individuality. *American Journal of Psychology*, 21, 273-282. doi: 10.2307/1413003.
- Vaz Serra, A. (1986). O Inventário Clínico de Auto-Conceito. *Psiquiatria Clínica*, 7 (2), 67-84.
- Vaz Serra, A. (1988). O auto-conceito. *Análise Psicológica*, 6 (2), 101-110.
- Weinberg, R. S., Gould, D. (2001). *Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício* (2° ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Wolfradt, U. & Meyer, T. (1998). Interrogative suggestibility, anxiety and dissociation among anxious patients and normal controls. *Personality and Individual Differences*, 25, 425-432.
- Wolpe, J., & Lazarus, A. A. (1966). *Behavior therapy techniques*. New York: Pergamon.
- Wright, D. B., Self, G., & Justice, C. (2000). Memory conformity: Exploring misinformation effects when presented by another person. *British Journal of Psychology*, 91, 189-202.

